



BEM COMUM (Art. 6º, XIII)

EDITAL COM PREFERÊNCIA PARA EMPRESAS ME E EPP LOCAL E REGIONAL, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº. 1495/2024.

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

1. Preâmbulo/Convocação
2. Objeto
3. Previsão de recursos orçamentários
4. Esclarecimentos e impugnação ao edital
5. Vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato
6. LGPD
7. Aplicação da Lei Complementar nº 123/2006
8. Participação de consórcios
9. Participação dos profissionais organizados sob a forma de cooperativa
10. Regras gerais para documentação
11. Fases de PROPOSTA e HABILITAÇÃO
12. Propostas
13. Verificação de impedimentos no CEIS e CNEP
14. Julgamento das propostas
15. Habilitação
16. Recursos e Pedidos de Reconsideração
17. Adjudicação e Homologação
18. Ata de Registro de Preços (regras para formalização, gestão e fiscalização)
19. Regras Gerais
20. Recebimento do objeto
21. Pagamento
22. Penalidades
23. Disposições finais
24. Anexos:
 - I - Estudo Técnico Preliminar – ETP
 - II - Termo de Referência – TR
 - III - Declaração inexistência de impedimentos
 - IV - Ata de Registro de Preço
 - V - Declaração para LC 123/2006
 - VI - Proposta + Declaração art. 63, § 1º
 - VII - Declaração Unificada
 - VIII - Dados da empresa e representante legal



1. PRÉAMBULO

1.1. O Município de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 83.021.840/0001-68, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo licitatório:

- I - **Regime legal:** [Lei nº 14.133/2021](#), Lei Complementar nº 123/2006 (art. 4º) e Legislação Municipal
- II - **Modalidade:** Pregão (art. 6º, XLI)
- III - **Critério de Julgamento:**
 - a) Menor preço por item
- IV - **Modo de disputa:**
 - a) Aberto (art. 56, I e § 2º)
- V - **Forma:** Eletrônica (art. 17, § 2º)
- VI - **Plataforma:** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>
 - a) O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;
 - b) O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.
 - c) O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
 - d) É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - e) A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- VII - **Data da Sessão Pública:** **18/06/2026**
 - a) 08 dias úteis (art. 55, I, "a")
- VIII - **Horário de início da Sessão Pública:** 08h00min (horário de Brasília/DF)
- IX - **Condução do processo licitatório:** Pregoeira e Equipe de Apoio – Nomeados pela Portaria 924/2025.

2. OBJETO

2.1 O objeto deste processo licitatório é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO: COPA, COZINHA, HIGIENE, LIMPEZA E PRODUTOS DE CAMA, MESA E BANHO PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC, NA CONDIÇÃO DE GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM/SC, NA CONDIÇÃO DE ÓRGÃO PARTICIPANTE.**

2.2 O objeto está fundamentado no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 021/2026 (**ANEXO I**) e no Termo de Referência nº 021/2026 (**ANEXO II**) da Secretaria de Educação Cultura e Esportes (art. 18, I e II).

2.3. Valor do objeto **R\$ 305.206,68 (trezentos e cinco mil duzentos e seis reais e sessenta e oito centavos).**

2.4. SUBCONTRATAÇÃO: fica vedada a subcontratação.



2.5 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS:

A presente licitação será realizada pelo Município de Nova Erechim/SC, na condição de Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Participará da presente Ata de Registro de Preços, na condição de Órgão Participante, a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Erechim/SC, inscrita no CNPJ nº 01.802.947/0001-89, que manifestou interesse durante a fase de Intenção de Registro de Preços – IRP nº 009/2026.

Os quantitativos destinados a cada órgão constam do Termo de Referência e integram o quantitativo total registrado para cada item.

Compete ao Município de Nova Erechim, na qualidade de Órgão Gerenciador:

- I – conduzir os procedimentos da licitação e do Registro de Preços;
- II – gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- III – aplicar, quando cabível, as penalidades decorrentes do descumprimento das condições da Ata, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- IV – promover os atos necessários à manutenção da Ata de Registro de Preços.

Compete a cada Órgão Participante:

- I – emitir as Autorizações de Fornecimento ou instrumento equivalente;
- II – acompanhar e fiscalizar a execução das contratações decorrentes da Ata;
- III – realizar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
- IV – promover a liquidação e o pagamento das despesas decorrentes das contratações que realizar;
- V – comunicar ao Órgão Gerenciador eventuais irregularidades verificadas na execução contratual.

As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do órgão responsável pela contratação e pagamento, observando-se os dados cadastrais constantes na respectiva Autorização de Fornecimento.

A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a contratar, facultando-se a realização de procedimento específico para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços observarão os quantitativos máximos registrados para cada órgão participante, vedada a utilização dos quantitativos de um órgão por outro sem a prévia anuência do Órgão Gerenciador e observância da legislação aplicável.

3. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta da seguinte dotação



orçamentária:

Local	Dotação	Ação	Elemento
Administração	15	2004	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Conselho Tutelar	8	2011	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Gabinete	3	2002	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Secretaria de Educação	53	2010	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Escola	40	2006	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
	42	2006	3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Creche	62	2009	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
	64	2009	3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21



Esporte	77	2020	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Cultura	72	2018	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Obras	100 101	2028 2028	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Agricultura	116	2037	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Secretaria de Assistência	127 121 137 136 142 148	2041 2040 2043 2043 2046 2048	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Fundo dos Idosos	150	2045	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Bombeiros	83	2029	3.33.90.30.16



			3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Polícia Militar	80	2029	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Polícia Civil	81	2029	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Saúde	174	2021	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21

Dotação referênci	Órgão	Und	Funcional	Ação	Elemento	Vínculo	Elemento - Descrição
209	01	001	0001.0031.000	2001	33390.39.78	15007	Limpeza e conservação
		1					

4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164).

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, p. ú.).

4.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

5. VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO



5.1. São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

I - Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);

II - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

III - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

IV - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

V - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);

VI - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações](#), concorrendo entre si (art. 14, V);

VII - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

VIII - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

IX - É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

X - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão



ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

XI - Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

5.2. O licitante **deverá** apresentar declaração que não incorre nos impedimentos (**ANEXO III**).

5.3. Para este processo licitatório, **não será permitido a participação de pessoa física**, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

6. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)

6.1. Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

6.2. O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

6.3. O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), para propósitos legítimos, específicos, explícitos informados ao titular.

6.4. O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

6.5. É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

6.6. O LICITANTE fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

6.7. As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

6.8. O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

6.9. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle.



6.10. As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

6.11. Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

6.12. Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

7. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

7.1. Conforme art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, exceto (art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

II - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7.2. A Lei Complementar nº 123/2006, conforme art. 1º, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.

7.3. Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 3º):

I - Sociedade empresária;

II - Sociedade simples;

III - Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;

IV - Empresário a que se refere o art. 966 do Código Civil:

a) Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (art. 966, *caput*);

b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa (art. 966, parágrafo único).

7.4. As microempresas ou empresas de pequeno porte indicadas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 devem estar devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - No caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II - No caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

7.5. Os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam ao Microempreendedor Individual – MEI que (art. 18-A, § 1º):

I - Tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00;



II - Optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista no art. 18-A da LC 123/2006;

III - Seja empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 do CC.

7.6. Também se considera Microempreendedor Individual – MEI para a Lei Complementar nº 123/2006 o empreendedor que exerça:

I - As atividades de que trata o § 4º-A do art. 18-A:

§ 4º-A Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista.

II - As atividades de que trata o § 4º-B do art. 18-A, estabelecidas pelo CGSN:

§ 4º-B O CGSN determinará as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento de que trata este artigo, de forma a evitar a fragilização das relações de trabalho, bem como sobre a incidência do ICMS e do ISS.

III - As atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural.

7.7. As disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ([Lei nº 11.488/2007](#), art. 34).

7.8. Para obtenção dos benefícios, conforme art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar declaração (**ANEXO V**) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (LC nº 123/2006, art. 3º, II).

7.9. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

7.10. Será aplicado o benefício de prioridade na contratação com empresa local ou regional em acordo com o art. 7º, inciso III do Decreto nº 1495/2024 e arts. 42 ao 49 da LC 123/2006.

8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

8.1. É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV).

8.2. A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, V).

8.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio (art. 15, § 5º).

8.4. Na fase de habilitação:

I - **TÉCNICA:** é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado (art. 15, III – primeira parte);

II - **ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte);

b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação (art. 15, § 1º); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, §



2º).

8.5. A assinatura do contrato será condicionada à (art. 15, § 3º):

- I -** Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);
- II -** Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

9. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

9.1. Conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

- I -** A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:
 - a)** [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#) – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;
 - b)** [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#) – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - c)** [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#) – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- II -** A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- III -** Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- IV -** O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

9.2. Conforme art. 34 da [Lei nº 11.488/2007](#), aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.

10. REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

10.1. Conforme art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

- I -** Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;
- II -** Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);
- III -** O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo, sendo que a decisão sobre tal desatendimento poderá ser precedida de parecer jurídico;
- IV -** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;



V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

11. FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

11.1. Para este certame, a fase de PROPOSTA será anterior à fase de HABILITAÇÃO.

11.2. A fase RECURSAL será única (art. 165, § 1º, II), deverá o licitante estar atento a plataforma eletrônica e manifestar sua intenção apenas quando aberto o prazo deste.

12. DAS PROPOSTAS

12.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

12.1.1. Para elaboração das propostas o licitante deve:

I - Elaborar sua proposta levando em consideração a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem ou serviço (art. 25, § 2º).

12.1.2. O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do [Código Penal](#)¹.

12.1.3. O licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

12.1.4. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.1.5. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

12.1.6. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

12.1.7. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.1.8. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, na plataforma <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

12.1.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **pregoeiro** e os licitantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.1.10. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

12.1.11. Aberta a etapa de lances, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

12.1.12. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **ABERTO**:

¹ **Violação de sigilo em licitação**

[Art. 337-J](#). Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo: Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.



- a) 10 (dez) minutos de lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;
- b) A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;
- c) Não havendo novos lances nos últimos 2 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;
- d) Encerrada a etapa de lances, com ou sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o **pregoeiro**, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- e) Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;
- f) Durante o envio de lances, o **pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível;
- g) Se ocorrer a desconexão do **pregoeiro** no decorrer do envio de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.1.13. No caso de a desconexão do **pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

13. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

13.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- I - **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- II - **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

13.2. A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do art. 12 da [Lei nº 8.429/1992](#) (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências).

13.3. A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do [Código Penal](#)².

14. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. Serão desclassificadas as propostas que (art. 59, *caput*, da Lei nº 14.133/2021):

- I - Contiverem vícios insanáveis;
- II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - Permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;
- V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

² *Contratação inidônea*

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do *caput* deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.



VI - Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.2. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.3. EXEQUIBILIDADE:

14.3.1. A Administração Pública Municipal podrá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto em IV do tópico 14.1 (art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

14.3.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a:

- I - BENS E SERVIÇOS QUE NÃO SÃO DE ENGENHARIA: **50%** do valor máximo orçado pela Administração Pública Municipal.

14.4. EMPATE:

14.4.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

- I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;
- III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

14.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA:

14.5.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;
- II - Empresas brasileiras;
- III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

14.5.2. Ainda, devem ser aplicadas as regras dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021): se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7) e se houver proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7), se procederá da seguinte forma:

- I - O licitante coberto pelos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7) mais bem classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;
- II - Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



III - O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.6. NEGOCIAÇÃO:

14.6.1. Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado (art. 61, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

14.6.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.6.3. A negociação será conduzida pelo **pregoeiro**, conforme Portaria nº 711/2024, realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.7. Se a proposta for desclassificada, o **pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação, o qual terá o tempo máximo de 02 (horas) para anexar no sistema (art. 63, II).

15.2. O **pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

15.3. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

15.4. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

15.5. Em se tratando de licitante indicado no tópico 7, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Municipal.

15.6. A não regularização da documentação no prazo previsto anteriormente implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15.7. Deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

PESSOA JURÍDICA:

I - **Declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) - ANEXO VIII – declaração unificada;

II - **Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021) - ANEXO VIII - declaração unificada;

III - **Declaração de inexistência de impedimentos** para contratar com a Administração Pública - ANEXO III;

IV - Certidão de ausência de penalidades impeditivas de licitar e contratar nas seguintes fontes mantidas pela Administração Pública: **CEIS e CNEP**;

V - **Declaração de aplicação dos Arts. 42 ao 49 da lei complementar Nº 123/2006**, (quando a empresa se enquadrar nessa situação – EPP, ME E MEI – ANEXO V)



VI - JURÍDICA (visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações – art. 66 da Lei nº 14.133/2021):

a) Comprovação de existência jurídica da pessoa (art. 66, *caput*): Contrato Social/Ato Constitutivo;

VI - TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, VI) - ANEXO VIII – declaração unificada;

b) Alvará Sanitário, ou sua dispensa, quando for o caso (apenas para arrematantes dos itens 1,2,3 ,4, 5, 7, 8, 9, 23, 24, 25, 35, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 73, 77, 79, 83, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 118, 123, 128, 129, 130, 131, 132, 141);

VII - FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico (art. 68, § 1º).

a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) (art. 68, I);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, II);

c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei (art. 68, III);

d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (art. 68, IV);

e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho (art. 68, V);

f) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (art. 68, VI) – ANEXO VIII – declaração unificada.

VIII - ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (art. 69, II);

15.8. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15.9. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

16. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

16.1. Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):

I - Julgamento das propostas (art. 165, I, “b”);

II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante (art. 165, I, “c”);

III - Anulação ou revogação da licitação (art. 165, I, “d”);

IV - Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração (art. 165, I, “e”).

16.2. Se apresentado recurso em virtude do disposto nas letras “a” e “b” do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de



lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;

II - A apreciação dar-se-á em fase única.

16.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021).

16.4. Apresentado recurso, será aberto prazo para apresentação de contrarrazões, será o mesmo do recurso - 3 (três) dias úteis - e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

16.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

16.6. Apresentadas as contrarrazões ou findo o prazo para apresentação destas, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida terá prazo de 3 (três) dias úteis para apreciar o recurso e as contrarrazões.

16.6.1. Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

16.7. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

16.8. Cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico (art. 165, II da Lei nº 14.133/2021).

16.9. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação (art. 166, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

16.9.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 166, § único, Lei nº 14.133/2021).

16.10. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento (art. 167 da Lei nº 14.133/2021).

16.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

16.12. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subseqüentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).



17.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

17.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

17.5. A anulação do processo licitatório induz à da ata de registro de preços e do contrato.

17.6. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

18. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EM ACORDO COM A LEI 14.133/21 E O DECRETO Nº 1440/2024 DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

18.1. REGRAS PARA FORMALIZAÇÃO

18.1.1. O registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - Serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva ou do proponente a ser contratado de forma direta;

II - Será incluído na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, bem como daqueles licitantes que mantiverem sua proposta original, com objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses de cancelamento do registro do fornecedor;

III - O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;

IV - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços deverá ser respeitada nas contratações.

18.1.1.1. Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.

18.1.1.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

18.1.1.3 O anexo que trata o inciso II do tópico 18.1.1. será preenchido com a informação dos licitantes que aceitarem registrar preços iguais ao do licitante vencedor do certame e daqueles licitantes que mantiverem sua proposta original.

18.1.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado com seus quantitativos, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

18.1.3. O fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município.

18.1.3.1. É facultado ao Município, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

18.1.3.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do tópico anterior, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, o Município poderá:

I - Convocar aqueles licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



II - Adjudicar e celebrar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes, atendida à ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.1.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

18.1.4.1. A recusa injustificada do fornecedor mais bem classificado em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido no edital ou instrumento de contratação direta ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.1.4.2. O compromisso também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, bem como licitantes que mantiverem sua proposta original e/ou dos licitantes que apresentaram preço conforme o art. 82, III da Lei nº 14.133/2021.

18.1.4.3. O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor ou pelo valor de sua proposta original, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município para assumir o remanescente da ata de registro de preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.1.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, devendo ser celebrado no prazo de validade da ata de registro de preços.

18.1.5.1. O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do art. 95, *caput* da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.1.5.2. O contrato ou outro instrumento que venha substituí-lo observará o disposto no Título III da Lei Federal nº 14.133/2021 (Dos Contratos Administrativos).

18.1.5.3. Será reputada firmada a contratação administrativa na data da confirmação de entrega do instrumento contratual ao fornecedor registrado, admitindo-se a entrega do instrumento por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

18.1.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

18.1.6.1. A comprovação da alteração dos preços será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso, sem prejuízo de outros documentos que comprovem a necessidade de alteração dos preços registrados.

18.1.6.2. O Município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa.

18.1.7. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, sendo observado:

I - O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

II - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

18.1.8. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;



- II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
- III - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.1.9. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I - Por razão de interesse público;
- II - A pedido do fornecedor;
- III - Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- IV - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município, sem justificativa aceitável;
- V - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- VI - Sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; ou
- VII - For condenado por algum dos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021, por sentença transitada em julgado.

18.1.9.1. O cancelamento de registros será motivado e formalizado por despacho da autoridade superior, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.2. GESTÃO DA ATA

18.2.1 O gestor do Contrato/Ata de Registro de Preços será o Secretário de Administração, Sr. Cleiton Franki Ferla.

18.3. FISCALIZAÇÃO DA ATA

18.3.1 O fiscal da ata será os responsáveis de cada secretaria requisitante do item, Karen Kunze Pezzini, Secretária Municipal de Educação, Adriana Marchetto, Secretária Municipal de Assistência Social, Ademar Jorge Schneider, Secretário Municipal da Agricultura, Cleiton Franki Ferla, Secretário Municipal da Administração, Rafael Nichelle, Responsável pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Eloi Correa Borges, Secretário de Saúde, ou por outros que vierem a substituí-los. A execução da Ata de Registro de Preços, referente ao quantitativo da Câmara de Vereadores, será acompanhada pela Sra. Ana Claudia Lauxen Zuzeliski, ou por outro que vier a substituí-la.

18.3.2 Caberá ao Fiscal da Ata de Registro de Preços:

18.3.2.1. Fiscalizar a realização dos serviços, bem como requisitar, quando necessário, a promoção de medidas para a regularidade da prestação do serviço;

18.3.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte a prestação dos serviços caso esta não apresente resultados satisfatórios ou conforme as obrigações assumidas pela Contratada;

18.3.2.3. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre multas, penalidades equaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;

19. REGRAS GERAIS

19.1 A ata regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (art. 89, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

19.2 A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 90, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

19.2.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (art. 90, § 1º da Lei nº 14.133/2021).



19.2.2 Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor (art. 90, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

19.2.3 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos (art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

19.2.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá (a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; (b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição (art. 90, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

19.2.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 6º).

19.2.6 É possível que a Administração convoque os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021).

19.3 Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 91, *caput* da Lei nº 14.133/2021)

19.3.1 Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento (art. 91, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

19.3.2 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato/ata, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo (Art. 91, § 4º, Lei 14133/21).

19.4 Os contratos administrativos obedecerão ao disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

19.4.1 O contrato administrativo poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço no caso de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor (art. 95, II), aplicando no que couber o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021 (art. 95, II c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021).

19.4.2 O contrato terá seu preço reajustado pelo índice IPCA com data-base vinculada à data do orçamento estimado (art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

19.4.2.1. Poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (art. 92, § 3º, [parte final] da Lei nº 14.133/2021).

19.5 O contrato administrativo será publicado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

19.6 No caso de consórcio: fica condicionada a assinatura do contrato a (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);



II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

20. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. Obrigações do CONTRATADO:

- a. Fornecer os materiais de consumo de forma parcelada, conforme a necessidade do Município de Nova Erechim/SC e da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Erechim/SC, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, Ordem de Compra ou instrumento equivalente.
- b. Entregar os produtos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- c. Entregar os produtos em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, em perfeitas condições de uso, acondicionamento e conservação.
- d. Garantir que os produtos possuam qualidade adequada e atendam às normas técnicas e sanitárias aplicáveis, expedidas pelos órgãos competentes.
- e. Observar os prazos de validade dos produtos, entregando-os com validade compatível com sua utilização pela Administração, vedado o fornecimento de produtos vencidos ou impróprios para consumo e uso.
- f. Transportar os produtos em condições adequadas, garantindo sua integridade até o local de entrega indicado na Autorização de Fornecimento.
- g. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
- h. Substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, os produtos que apresentarem defeitos, avarias, vícios, irregularidades, prazo de validade inadequado ou que estejam em desacordo com as especificações exigidas.
- i. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990.
- j. Comunicar formalmente ao órgão contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que impossibilite o cumprimento dos prazos de entrega, apresentando as respectivas justificativas.
- k. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- l. Indicar representante ou preposto para manter contato com a Administração durante a execução da Ata de Registro de Preços.
- m. Cumprir integralmente as condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.
- n. Aceitar a rejeição dos produtos que não atenderem às especificações exigidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- o. Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, incluindo frete, transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outros custos necessários à perfeita execução do objeto, sem ônus adicional para o Município de Nova Erechim/SC ou para a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Erechim/SC.

20.2 Obrigações do CONTRATANTE:

- c) Fiscalizar a execução dos serviços por meio de acompanhamento do servidor responsável.
- d) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- e) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- f) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



- g) Emitir o Termo de Recebimento Provisório e Definitivo, que deverá (ão) acompanhar as notas fiscais apresentadas.
- h) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- i) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

21. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

21.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

21.2.1 As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

21.2.2 O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;



- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
- 21.2.3** A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):
- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 21.2.3.1** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 21.2.3.2** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.
- 21.2.4** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências:
- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
- a) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
- 21.2.4.1** A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
- 21.2.4.2** Na hipótese do inciso II o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.
- 21.2.5** Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

22. RECEBIMENTO DO OBJETO

22.1 O objeto será recebido (art. 140, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

I - Em se tratando de compras:

- a) Provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, de forma sumária, pelo responsável



por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

22.2 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

22.3 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

22.4 Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme regulamento municipal nº 1442/2024 (art. 140, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

22.5 Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado (art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

22.6 Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto (art. 140, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

22.7 O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

22.8 A Contratada deverá fornecer o material conforme autorizações e instruções repassadas pelas Secretarias, sendo vedada a subcontratação.

23. PAGAMENTO DO OBJETO

23.1 No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes:

- I -** Fornecimento de bens;
- II -** Locações;
- III -** Prestação de serviços;
- IV -** Realização de obras.

23.1.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após cada entrega, mediante emissão e respectiva entrega da Nota Fiscal.

23.2 A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações (art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II -** Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III -** Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- IV -** Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- V -** Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou



entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

23.3. A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização (art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

23.4 A Administração Pública Municipal deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem (art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

23.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento (art. 143 da Lei nº 14.133/2021).

23.6 Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços (art. 145, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

23.6.1. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser **previamente justificada** no processo licitatório (art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

23.6.2. Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido (art. 145, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

23.7 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#) – Estatuto Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 146 da Lei nº 14.133/2021).

23.8. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após cada entrega, mediante emissão e respectiva entrega da Nota Fiscal.

24. PENALIDADES

24.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II -** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III -** Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV -** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V -** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI -** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII -** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII -** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX -** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X -** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI -** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

24.2. Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

I -	Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
II -	Multa de 10%	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
III -	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Erechim/SC, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II; III; IV; V; VI; VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
IV -	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	VIII; IX; X; XI; XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

24.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I -** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II -** As peculiaridades do caso concreto;
- III -** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV -** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V -** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.4. Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Inciso II do item 22.1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- II -** Incisos III e IV do item 22.1:
 - a)** Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
 - b)** O licitante ou o contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
 - c)** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
 - d)** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
 - e)** A sanção prevista no inciso IV do item 23.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);
 - f)** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:



Estado de Santa Catarina
Município de Nova Erechim

Fone: 49 3333 3100 - E-mail: licitacoes@novaerechim.sc.gov.br

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

- i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
- ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

24.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

24.6. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal.

24.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

24.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

24.9. A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

24.10. A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto no regulamento municipal 1453/2024 (art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

24.11. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 21.2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

24.11.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

24.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Nova Erechim/SC, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021).

- I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II - Pagamento da multa;
- III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.



24.12.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do caput do item 21.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

25. DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. É facultado ao **pregoeiro** ou ao Prefeito Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

25.2. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

25.3. Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Nova Erechim/SC, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso municipal.

25.4. Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado:

- I -** Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);
- II -** Página do Município de Nova Erechim/SC (<https://novaerechim.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>);
- III -** Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);
- X -** Plataforma <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>
- IV -** Jornal diário de grande circulação local (art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

25.5. As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Pinhalzinho/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Nova Erechim/SC, 05 de junho de 2026.

Iara Cristina Perin
Prefeita Municipal



ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 021/2026

ELEMENTOS	
1.	<p>Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público: O presente Estudo Técnico Preliminar tem objetivo a aquisição de materiais de copa, cozinha, higiene, limpeza e produtos de cama, mesa e banho para manutenção das secretarias municipais de Nova Erechim. Estes itens são essenciais para garantir a manutenção da saúde, segurança e bem-estar dos servidores e da população atendida, além de assegurar a continuidade das atividades administrativas e dos serviços públicos prestados.</p> <p>Inicialmente cumpre frisar que a prefeitura possui uma licitação para estes itens, a qual se encontram em prazo de encerramento, sendo necessário assim realizar novo processo.</p> <p>Com base no exposto e tendo em vista o fato de tais materiais serem de suma importância para o bom andamento das atividades administrativas, a prefeitura pretende realizar novo procedimento licitatório.</p> <p>Os principais pontos que justificam essa necessidade sob a perspectiva do interesse público são a: Manutenção da Saúde Pública: A aquisição de materiais de higiene e limpeza é crucial para prevenir a propagação de doenças e garantir um ambiente saudável tanto para os servidores quanto para os cidadãos que utilizam os serviços públicos. A falta de produtos adequados pode comprometer a limpeza das instalações, aumentando o risco de infecções.</p> <p>Eficiência na Prestação de Serviços: um ambiente limpo e organizado tende a ser mais produtivo. Além da economia com almoxarife, tendo em vista que as aquisições são feitas para atender as necessidades da administração, não sendo necessário possuir locais para estoque ou servidores somente com esta finalidade, buscando assim a redução dos custos.</p> <p>A contratação de itens de copa, cozinha, higiene, limpeza e produtos de cama, mesa e banho, não se resume somente a uma necessidade logística, mas uma obrigação da administração pública em promover a saúde e o bem-estar da população atendida e dos servidores públicos que atuam nas secretarias para que tenham um ambiente adequado, limpo e organizado que impacte positivamente na qualidade do serviço prestado, além de prezar pelo bem público realizando as limpezas necessárias para perfeita preservação do mesmo.</p>
2.	<p>Requisitos da contratação: O licitante deve proporcionar entrega dos itens conforme condições, quantidades, descrições e exigências deste Termo de Referência, edital e seus anexos.</p> <p>O contratado deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos gêneros, sem qualquer ônus para a municipalidade, incluindo no valor do item os custos com transporte.</p> <p>Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada autorizada pelos órgãos competentes, ficando assim vedada a participação de pessoa física por entender-se que é necessário estar devidamente regulada buscando desta forma garantir que os itens entregues serão adequados e dentro das normas pertinentes.</p> <p>O contratado deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.</p>
3.	<p>Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar: Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.</p> <p>Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias que melhor atendessem às necessidades</p>



	da municipalidade. Não se observou novas formas de aquisição, somente variações na forma de contratação conforme cada caso e a legislação normativa aplicável.																																										
4.	Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso: Após o levantamento de mercado reconhece-se que a solução mais vantajosa para a Administração Pública é contratação de empresa especializada para aquisição dos itens necessários que atendam às necessidades das Secretarias Municipais. Garantindo que os produtos sejam entregues no prazo certo, dentro das quantidades e características solicitadas.																																										
5.	Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala: A definição das quantidades teve sua análise baseada no histórico de consumo e de previsões para o próximo ano, sendo atualizado alguns itens, e acrescidos outros conforme o decurso deste último ano, onde alguns itens não mostram-se mais necessário enquanto outros precisaram ser inseridos. A memória de cálculo com cada item, sua quantidade e seus valores estão anexos ao processo.																																										
6.	Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação: As estimativas de despesa basearam-se na consulta de preços no DOM, em municípios próximos que realizaram a aquisição dos mesmos itens, contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, e por meio de pesquisa direta com fornecedores locais e regionais que dispunham dos itens da licitação, que já haviam participados de processos anteriores no município ou em outros da região, e fornecedores que trabalham com o item que a secretaria necessita, buscando assim se chegar ao preço de mercado apresentando-se valores a seguir elencados:																																										
	<table border="1"><thead><tr><th>ITEM</th><th>Descritivo</th><th>Quant.</th><th>Unidade</th><th>Média</th><th>VALOR TOTAL</th></tr></thead><tbody><tr><td>1</td><td>ÁGUA SANITÁRIA 5 LITROS - alvejante com cloro) - composição: hipoclorito de sódio e água; teor de cloro ativo 2,0% a 2,5%.</td><td>610</td><td>UNID</td><td>R\$ 11,57</td><td>R\$ 7.057,70</td></tr><tr><td>2</td><td>ÁLCOOL ETÍLICO hidratado 70% INPM em embalagem de 01 litro apresentação líquido</td><td>500</td><td>LITRO</td><td>R\$ 6,70</td><td>R\$ 3.350,00</td></tr><tr><td>3</td><td>ÁLCOOL ETÍLICO, AROMATIZADO: líquido 65% aromas diversos, conforme ordem de compra concentração: 65 INPM - frasco de 1.000ml</td><td>150</td><td>LITRO</td><td>R\$ 6,89</td><td>R\$ 1.033,50</td></tr><tr><td>4</td><td>ÁLCOOL GEL ETÍLICO hidratado 70° graus - 450 gramas.</td><td>300</td><td>UNID</td><td>R\$ 6,51</td><td>R\$ 1.953,00</td></tr><tr><td>5</td><td>ÁLCOOL LÍQUIDO 92,8° GRAUS de 1 litro</td><td>300</td><td>LITRO</td><td>R\$ 7,86</td><td>R\$ 2.358,00</td></tr><tr><td>6</td><td>ALMOFADAS: tamanho de 45 cm X 45 cm, preenchimento em fibra.</td><td>100</td><td>UNID</td><td>R\$ 19,97</td><td>R\$ 1.997,00</td></tr></tbody></table>	ITEM	Descritivo	Quant.	Unidade	Média	VALOR TOTAL	1	ÁGUA SANITÁRIA 5 LITROS - alvejante com cloro) - composição: hipoclorito de sódio e água; teor de cloro ativo 2,0% a 2,5%.	610	UNID	R\$ 11,57	R\$ 7.057,70	2	ÁLCOOL ETÍLICO hidratado 70% INPM em embalagem de 01 litro apresentação líquido	500	LITRO	R\$ 6,70	R\$ 3.350,00	3	ÁLCOOL ETÍLICO, AROMATIZADO: líquido 65% aromas diversos, conforme ordem de compra concentração: 65 INPM - frasco de 1.000ml	150	LITRO	R\$ 6,89	R\$ 1.033,50	4	ÁLCOOL GEL ETÍLICO hidratado 70° graus - 450 gramas.	300	UNID	R\$ 6,51	R\$ 1.953,00	5	ÁLCOOL LÍQUIDO 92,8° GRAUS de 1 litro	300	LITRO	R\$ 7,86	R\$ 2.358,00	6	ALMOFADAS: tamanho de 45 cm X 45 cm, preenchimento em fibra.	100	UNID	R\$ 19,97	R\$ 1.997,00
ITEM	Descritivo	Quant.	Unidade	Média	VALOR TOTAL																																						
1	ÁGUA SANITÁRIA 5 LITROS - alvejante com cloro) - composição: hipoclorito de sódio e água; teor de cloro ativo 2,0% a 2,5%.	610	UNID	R\$ 11,57	R\$ 7.057,70																																						
2	ÁLCOOL ETÍLICO hidratado 70% INPM em embalagem de 01 litro apresentação líquido	500	LITRO	R\$ 6,70	R\$ 3.350,00																																						
3	ÁLCOOL ETÍLICO, AROMATIZADO: líquido 65% aromas diversos, conforme ordem de compra concentração: 65 INPM - frasco de 1.000ml	150	LITRO	R\$ 6,89	R\$ 1.033,50																																						
4	ÁLCOOL GEL ETÍLICO hidratado 70° graus - 450 gramas.	300	UNID	R\$ 6,51	R\$ 1.953,00																																						
5	ÁLCOOL LÍQUIDO 92,8° GRAUS de 1 litro	300	LITRO	R\$ 7,86	R\$ 2.358,00																																						
6	ALMOFADAS: tamanho de 45 cm X 45 cm, preenchimento em fibra.	100	UNID	R\$ 19,97	R\$ 1.997,00																																						



7	ALVEJANTE SEM CLORO 5 LITROS: composição básica de peróxido de hidrogênio, linear alquilbenzeno sulfonato de sódio, coadjuvantes, sequestrante, corante, fragrância e água. não agride os tecidos, é especial para roupas coloridas, diluição padrão de 100 ml de produto para 10 l de água. galão opaco com 5 litros. a embalagem possui a marca, os dados do fabricante, procedência, lote e validade.	200	UNID	R\$ 22,31	R\$ 4.462,00
8	AMACIANTE DE ROUPAS 2 LITROS: Fragrâncias diversas.: AMACIANTE DE ROUPAS CONCENTRADO 2 LTS: ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO COM ASPECTO LÍQUIDO VISCOSO CONCENTRADO E PH (PURO) ENTRE 3,0 A 3,6, PERFUMADO. COMPOSIÇÃO TENSOATIVO NÃO IONICO, COADJUVANTE, ALCALINIZANTE, SOLÚVEL EM ÁGUA, BASE NEUTRA.	400	UNID	R\$ 10,10	R\$ 4.040,00
9	AROMATIZADOR DE AR PARA AMBIENTES: em forma de aerossol, ingredientes ativos, benzoato de sódio, fragrância e propelentes, ativo álcool etílico 96º gl: 41,68%, embalagem individual 360 ml fragrância agradável: lavanda, flores do campo entre outras.	350	UNID	R\$ 26,36	R\$ 9.226,00
10	BABADOR DE SILICONE: macio com pega migalhas e fecho com botões ajustáveis, tipo do tecido: 100% silicone. Dimensões do produto: 2X23X28 cm. Idade recomendada: 3 meses a 2 anos. Nas cores diversas (a pedido do cliente)	60	UNID	R\$ 29,00	R\$ 1.740,00
11	BACIA CANELADA REDONDA COM CAPACIDADE PARA 34 LITROS.	12	UNID	R\$ 23,99	R\$ 287,88
12	BACIA PLÁSTICA 3 LITROS: para alimentos, retangular, cor branca com capacidade para 3 litros.	25	UNID	R\$ 7,35	R\$ 183,75
13	BACIA PLÁSTICA 5 LITROS: para alimentos, retangular, cor branca, com capacidade para 5 litros.	10	UNID	R\$ 7,77	R\$ 77,70
14	BALDE DE PEDREIRO: capacidade mínima para 12 litros alça de aço reforçado. cor preta.	32	UNID	R\$ 12,56	R\$ 401,92



15	BALDE GRANDE: capacidade de 30 litros produzido em plástico de boa qualidade. alça de metal resistente.	50	UNID	R\$ 29,99	R\$ 1.499,50
16	BORRIFADOR: fabricado em material transparente, capacidade mínima 400 ml.	100	UNID	R\$ 9,06	R\$ 906,00
17	CABO PARA RODO E OU VASSOURA EM ALUMINIO, NO COMPRIMENTO MINIMO DE 150CM.	20	UNID	R\$ 15,50	R\$ 310,00
18	CAIXA ORGANIZADORA EM PLÁSTICO, TRANSPARENTE, COM TAMPA E TRAVAS COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS.	20	UNID	R\$ 38,24	R\$ 764,80
19	CAIXA ORGANIZADORA EM PLÁSTICO, TRANSPARENTE, COM TAMPA E TRAVAS COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS.	15	UNID	R\$ 38,00	R\$ 570,00
20	CAIXA ORGANIZADORA EM PLÁSTICO, TRANSPARENTE, COM TAMPA E TRAVAS COM CAPACIDADE PARA 40 LITROS.	14	UNID	R\$ 59,30	R\$ 830,20
21	CAPAS PARA ALMOFADAS: tamanho de 45 cm X 45 cm, em tecido liso 100% poliéster, coloridas (amarelo, verde, vermelho, azul, laranja, roxo, conforme ordem de compra) com zíper.	100	UNID	R\$ 11,95	R\$ 1.195,00
22	CARRINHO DE LIMPEZA: conjunto de dois baldes com capacidade mínima de 15 litros cada, com cavalete e espremedor para limpeza de pisos frios em geral.	5	UNID	R\$ 631,95	R\$ 3.159,75
23	CERA LIQUIDA AMARELA 750 ML: para uso geral - garante brilho intenso e proteção do piso. Cera líquida, cor amarela, que contenha na sua composição: parafina, cera de carnaúba, emulsificante, alcalinizante, plastificante, coadjuvante, formol, perfume e água.	50	UNID	R\$ 8,64	R\$ 432,00
24	CERA LÍQUIDA INCOLOR 750 ML. cera líquida incolor que contenha na sua composição: parafina, cera de carnaúba, emulsificante, alcalinizante, plastificante, coadjuvante, formol, perfume e água.	250	UNID	R\$ 7,81	R\$ 1.952,50



25	CERA LÍQUIDA VERMELHA 750ML - para uso geral- cera líquida, cor vermelha, que contenha na sua composição: parafina, cera de carnaúba, emulsificante, alcalinizante, plastificante, coadjuvante, formol, perfume e água. sem corantes. embalagens de 750ml	50	UNID	R\$ 8,64	R\$ 432,00
26	CESTO DE PLÁSTICO COM TAMPA 40LT.	30	UNID	R\$ 34,17	R\$ 1.025,10
27	CESTO DE PLÁSTICO COM TAMPA COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS.	25	UNID	R\$ 25,59	R\$ 639,75
28	CESTO DE PLÁSTICO COM TAMPA E CAPACIDADE PARA 100L.	20	UNID	R\$ 73,88	R\$ 1.477,60
29	CESTO REDONDO TELADO PARA LIXO DE ATÉ 10 LITROS- Cesto telado para escritório em metal cor preta de capacidade de até 10 litros.	30	UNID	R\$ 26,49	R\$ 794,70
30	CHALEIRA ELÉTRICA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,7 LITROS: com seletor de temperatura (até 100°), com indicador de água visível e desligamento automático (quando atingir a temperatura selecionada). com proteção contra superaquecimento. tendo potência mínima de 1500 W - 220V.	50	UNID	R\$ 74,44	R\$ 3.722,00
31	COBERTAS: tecido de soft, medidas mínimas de 100cmX150cm, com estampas sortidas ou lisa.	150	UNID	R\$ 21,49	R\$ 3.223,50
32	COLHER INOX GRANDE PARA COZINHA COM PELO MENOS 32CM.	40	UNID	R\$ 9,00	R\$ 360,00
33	COLHER PARA REFEIÇÃO: feito totalmente em aço inox e cabo monobloco, ou seja, em uma única peça, sem emendas. acabamento em brilho. <u>Dimensões aproximadas de altura 2,1 cm x largura 4,3 cm x comprimento 19 cm.</u> deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios de inox, em vigência na data do edital.	100	UNID	R\$ 1,64	R\$ 164,00
34	COLHER PLÁSTICA GRANDE TAMANHO MÍNIMO 30 CM: Colher	10	UNID	R\$ 12,00	R\$ 120,00



	para utilizar em altas temperaturas, material resistente, mínimo 30 cm				
35	CONCENTRADO ANTI-MOFO LIQUIDO 1 LITRO: para remoção de mofos de pisos, calçadas e paredes, formula a base de hipoclorito de sódio, 4 vezes mais concentrado que uma água sanitária, pode ser diluído e utilizado como alvejante ou uma água sanitária. composição: hipoclorito de sódio 10-12, hidróxido 0,4 - 1,0 cloreto de sódio 6-9, água 78 - 84.	50	UNID	R\$ 14,87	R\$ 743,50
36	CONJUNTO PÁ DE LIXO: com vassourinha, tamanho mínimo 27 cm, largura de 22 cm, altura: 7 cm. fabricadas em plástico resistente.	20	CNJ	R\$ 11,30	R\$ 226,00
37	COPO GRADUAL DE MEDIDAS CAPACIDADE DE 500 ML: ideal para fazer receitas com medidas exatas. contém medidas para arroz, farinha, açúcar, feijão e outros alimentos. composição de polipropileno. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em plástico em contato com alimentos, em vigor na data do edital.	1.000	UNID	R\$ 8,48	R\$ 8.480,00
38	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL E BIODEGRADÁVEL 180 ML C/ 100 UNIDADES: em poliestireno não tóxico, cor transparente.	1.050	PCT	R\$ 5,04	R\$ 5.292,00
39	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL E BIODEGRADÁVEL 50 ML C/ 100 UNIDADES: em poliestireno não tóxico, cor transparente.	50	PCT	R\$ 3,09	R\$ 154,50
40	CORTADOR DE PIZZA: composição inox. dimensões de 7 x 19,5 x 1,5 cm: o produto deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em inox, em vigor na data do edital.	10	UNID	R\$ 18,87	R\$ 188,70



41	CORTINAS EM TECIDO BLACKOUT: Gramatura mínima de 200, cor cinza, areia ou similar, conforme solicitação na ordem de compra, barra com ilhós, franzido de 2 m a cada 1 m no mínimo. Acabamento (sem desfiados, sem manchas, barra com costura reta, pontos resistentes, não pode estar descosturado). Barra: a barra deverá ter um ziguezague ou costura em overloque na borda do tecido e dobrada uma vez, passando a costura, evitando desfiados. A barra poderá ser larga ou fina, ficando a critério do fornecedor, conforme o melhor caimento do tecido. Garantia: 2 anos contra vícios decorrentes de má instalação e ou defeitos de fabricação. Instalada com todos os insumos necessário. A altura da cortina é variável conforme o tamanho da janela e solicitação da secretaria requisitante. Sendo que o fornecedor deverá realizar a medição das mesmas para posterior confecção.	780	M ²	R\$ 4,03	R\$ 3.143,40
42	DESCASCADOR DE LEGUMES MANUAL. descascador e fatiador para legumes e frutas, plástico polietileno branco e lâmina de aço inox, dimensões de (L X A X P) 05,0 X 02,0 X 17,0 CM. deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em plástico para contato com alimentos, em vigência na data do edital.	10	UNID	R\$ 8,99	R\$ 89,90
43	DESENTUPIDOR PIA: desentupidor granulado para pias e ralos padrão diabo verde ou superior com a seguinte composição: hidróxido de sódio, cloreto de sódio, nitrato de sódio, barrilha, alumínio, corante. Embalagem com 300 gramas.	15	UNID	R\$ 15,03	R\$ 225,45
44	DESINFETANTE 2 LITROS - utilizado em pisos, azulejos, esmaltados, banheiras e mármore. Também pode ser utilizado para limpar fogões, pias, metais, geladeiras, fórmicas e vidros.	700	UNID	R\$ 7,44	R\$ 5.208,00
45	DESINFETANTE CONCENTRADO: para desinfecção e limpeza em geral.	200	UNID	R\$ 11,71	R\$ 2.342,00



	galões de 5 litros. faz até 1500 litros cada galão.				
46	DETERGENTE LOUÇA GALÃO 5 LT. Detergente alcalino clorado, concentrado, em gel. possui alto rendimento e formação de espuma. detergente de uso geral galão 5 litros eficiente e de boa qualidade.	30	UNID	R\$ 23,25	R\$ 697,50
47	DETERGENTE PARA LOUÇA 500 ML: Fragrâncias diversas.	1.500	UNID	R\$ 1,74	R\$ 2.610,00
48	DIFUSOR AROMAS COM VARETAS, COM 250ML, AROMAS DIVERSOS.	100	UNID	R\$ 25,94	R\$ 2.594,00
49	DISPENSER AUTOMÁTICO DE COPOS 150/160/180/200 ML: composição: acrílico ou plástico, com alavanca que permite a saída de um copo cada vez que acionada, garantindo assim mais economia na quantidade de copos usados.	11	UNID	R\$ 36,99	R\$ 406,89
50	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO PARA FIXAÇÃO EM PARADE: com capacidade mínima de 800 ml.	10	UNID	R\$ 18,95	R\$ 189,50
51	EMBALAGEM PARA AMOSTRA (ALIMENTOS COZINHA), 15CM X35CM PCT COM 1000 UNID. Feito de Polietileno de Baixa Densidade, Material Esterilizado com a Tarja Branca para a descrição do Alimento, O Saco para amostra vem totalmente lacrado.	50	PCT	R\$ 116,90	R\$ 5.845,00
52	EMBALAGEM PLÁSTICA P/ ALIMENTO 3 KG 23 X 34 CM C/ 100 UN.	25	ROLO	R\$ 4,72	R\$ 118,00
53	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA ALIMENTO 5 KG C/ 100 UN - 28 X 39 CM.	70	ROLO	R\$ 5,30	R\$ 371,00
54	ESCORREDOR DE MASSA COM PÉ - N 46. linha industrial, n 46, fabricado em alumínio, com pé, altura 35 cm, capacidade de 20 litros. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em alumínio em contato com alimentos, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 69,89	R\$ 349,45



55	ESCOVA PARA LAVAR MAMADEIRAS 25 CM- Material do punho em plástico resistente, cerdas Nylon de alta qualidade	10	UNID	R\$ 8,40	R\$ 84,00
56	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO BRANCA COM SUPORTE DE CHÃO - material plástico, cerdas resistentes e duráveis, que não deformam e nem embolam, garantindo uma vida útil muito maior para o produto	100	UNID	R\$ 7,66	R\$ 766,00
57	ESCOVÃO DE NYLON OVAL PARA LIMPEZA EM ROUPAS: BASE PARA SEGURAR, CABO EM PLÁSTICO RESISTENTE E CERDAS DE NYLON 19 CM	27	UNID	R\$ 6,24	R\$ 168,48
58	ESFREGÃO DE AÇO (LIMPEZA PESADA) PCT COM 2 UN- Esfregão de aço 100% galvanizado com 2 unidades	75	UNID	R\$ 3,24	R\$ 243,00
59	ESPANADOR DE PÓ EM FIBRA: tamanho mínimo de 40 cm.	6	UNID	R\$ 20,30	R\$ 121,80
60	ESPÁTULA DE SILICONE GRANDE. DIMENSÕES DE 28,5 X 5,5 X 1,5 CM, Peso mínimo 100 gr. composição silicone resistente a alta temperatura. o produto deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em silicone, em vigor na data do edital.	15	UNID	R\$ 17,25	R\$ 258,75
61	ESPONJA DE LÃ DE AÇO PACOTE COM 8 UNIDADES.	33	PCT	R\$ 1,76	R\$ 58,08
62	ESPONJA MULTIUSO C/3 UNIDADES (tipo duas cores verde e amarelo).	650	UNID	R\$ 2,79	R\$ 1.813,50
63	ESPREMEDOR DE LARANJA: espremedor manual de frutas em alumínio fundido grande. ideal para fazer suco de laranja, de forma rápida e sem sujeira. comprimento: 24 cm. largura: 9 cm. O produto deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em alumínio fundido em contato com alimentos, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 41,00	R\$ 205,00



64	ESPRESSOR DE LIMÃO: espressor manual de limão em inox. o espressor de limão é fabricado em inox. medidas do produto: comprimento: 18 cm x largura: 6 cm x altura: 5 cm. os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em contato com alimentos, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 28,00	R\$ 140,00
65	FACA DE CORTE PARA CARNES (LISO) 10 POLEGADAS. Lâmina em aço inox e cabo de polipropileno branco. comprimento de lâmina de pelo menos 22,5cm. certificada pelo NSF (National Sanitation Foundation) organização internacionalmente reconhecida em monitoração de segurança de alimentos e práticas de higiene em empresas de alimentos e restaurantes. deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios de inox, em vigência na data do edital.	10	UNID	R\$ 28,24	R\$ 282,40
66	FACA P/ CARNE EM AÇO INOX, COM CABO PLÁSTICO, COM 45 CM.	15	UNID	R\$ 19,09	R\$ 286,35
67	FLANELA, MATERIAL ALGODÃO: comprimento 60, largura 40, material 100% algodão, largura 60, características adicionais tipo flanela, bordas lisas, aplicação limpeza geral.	250	UNID	R\$ 5,67	R\$ 1.417,50
68	FORMA PARA BOLO FABRICADA EM ALUMÍNIO, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 35 X30 CM.	10	UNID	R\$ 29,37	R\$ 293,70
69	FÓSFORO GRANDE C/ 240 PALITOS - 5cm	120	CX	R\$ 3,39	R\$ 406,80
70	FRASCO PARA SABONETE LÍQUIDO DE MESA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 ML.	30	UNID	R\$ 3,95	R\$ 118,50
71	FRONHA: tamanho de 40 cm X 30 cm, tecido de algodão liso.	50	UNID	R\$ 11,30	R\$ 565,00
72	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO C/ 50 UNIDADES, TAMANHO 23X 22 CM.	600	PCT	R\$ 1,33	R\$ 798,00
73	INSETICIDA AEROSSOL MULTI-INSETOS À BASE DE ÁGUA. FRASCO COM NO MÍNIMO 300 ML.	75	UNID	R\$ 10,33	R\$ 774,75



Estado de Santa Catarina
Município de Nova Erechim
Fone: 49 3333 3100 - E-mail: licitacoes@novaerechim.sc.gov.br
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

74	JOGO DE 6 COPO DE VIDRO LISO 350 ML. copo transparente de vidro, liso, capacidade de no mínimo 350 ml. deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em vidro, em vigência na data do edital	150	UNID	R\$ 25,09	R\$ 3.763,50
75	KIT VARÃO PARA CORTINAS: bastão de 3 metros, tubo de metal branco reforçado 19 mm, ponteiros de metal branco 19 mm, parafusos e buchas e demais insumos necessários para instalação.	50	KIT	R\$ 27,40	R\$ 1.370,00
76	LEITEIRA EM ALUMÍNIO OU AÇO INOX: cabo com isolamento térmico, capacidade mínima de 2,5 litros, apropriado para manuseio de alimentos.	10	UNID	R\$ 25,18	R\$ 251,80
77	LENÇÓIS COM ELÁSTICO: tecido de algodão liso que sirva em caminhas empilháveis tamanho das camas: 54cmX133cmX11cm.	100	UNID	R\$ 23,50	R\$ 2.350,00
78	LIMPA VIDROS COM GATILHO 1 LITRO	200	UNID	R\$ 7,54	R\$ 1.508,00
79	LIMPADOR DE PISOS E PEDRAS 5 LITROS: composição: ácidos inorgânicos, corante, agente inibidor, tensoativo e água. embalagem de 5 litros.	75	UNID	R\$ 20,14	R\$ 1.510,50
80	LIXEIRA FABRICADA EM PLASTICO RESISTENTE DE NO MINIMO 120L: com tampa e abertura por pedal, com rodas para transporte. (cor a ser definida na ordem de compra)	10	UNID	R\$ 199,25	R\$ 1.992,50
81	LIXEIRA RETANGULAR COM TAMPA E PEDAL 50 LITROS. fabricada em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) ou Polipropileno (PP), respeitando as principais normas vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medindo em torno de 44,5X42,2X56 cm.	40	UNID	R\$ 55,23	R\$ 2.209,20
82	LIXEIRAS 100 LITROS COM TAMPA E PEDAL - em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) ou Polipropileno (PP). Fabricada com material de alta qualidade e tecnologia, respeitando as principais normas vigentes da Agência	15	UNID	R\$ 92,66	R\$ 1.389,90



	Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)					
83	LÚSTRA MÓVEIS LÍQUIDO 500 ML – dá brilho intenso, garante a proteção dos móveis contra manchas d'água e deixa um agradável perfume de longa duração. indicado para móveis, geladeiras, eletrodomésticos, azulejos, superfícies de mármore, fórmicas e esmaltadas. composição: ceras, silicones, emulsificantes, espessante, conservante, solvente alifático, coadjuvante, fragrância e água.	30	UNID	R\$ 6,01	R\$ 180,30	
84	LUVA ALTA TEMPERATURA PARA USO NA COZINHA: confeccionada em material específico, para trabalhos até 250°, impermeável, retardante de chamas, tipo dois dedos, comprimento mínimo 35cm, com CA válido e compatível.	15	PAR	R\$ 25,84	R\$ 387,60	
85	LUVA ALTA TEMPERATURA PARA USO NA COZINHA: confeccionada em material específico, para trabalhos até 250°, impermeável, retardante de chamas, tipo dois dedos, comprimento mínimo 45cm, com CA válido e compatível.	15	PAR	R\$ 32,74	R\$ 491,10	
86	LUVAS LATEX PARA PROCEDIMENTOS: não estéril, com pó. caixa com 100 unidades. (tamanho a ser definido no ato do pedido)	202	CX	R\$ 7,75	R\$ 1.565,50	
87	LUVAS PARA LIMPEZA: palma antiderrapante, resistente aos produtos químicos e detergentes, foro látex, tamanho: P - M - G com C.A. válido e compatível.	350	PAR	R\$ 4,49	R\$ 1.571,50	
88	MEXEDOR PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ E DRINK. Fabricado em poliestireno. comprimento mínimo 11 cm. pacote com no mínimo 240 unidades.	50	PCT	R\$ 7,79	R\$ 389,50	
89	PÁ PARA LIXO EM PLÁSTICO: tamanho mínimo 27 cm, largura de 22 cm, altura: 7 cm com cabo de madeira com no mínimo 50 cm.	20	UNID	R\$ 11,70	R\$ 234,00	



90	PANELA ALUMÍNIO FUNDIDO - Nº 30. COMPOSIÇÃO ALUMÍNIO FUNDIDO, COM TAMPA DE ALUMÍNIO, N 30, CAPACIDADE MINIMA DE 8,8 LITROS: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em utensílios em alumínio, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 140,30	R\$ 701,50
91	PANELA ALUMÍNIO FUNDIDO - Nº 36. COMPOSIÇÃO ALUMÍNIO FUNDIDO, COM TAMPA DE ALUMÍNIO, CAPACIDADE MINIMA DE 14 LITROS. os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em alumínio, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 119,00	R\$ 595,00
92	PANELA ALUMÍNIO FUNDIDO Nº 34. COMPOSIÇÃO ALUMÍNIO FUNDIDO, COM TAMPA DE ALUMÍNIO, N 34, CAPACIDADE MINIMA DE 12 LITROS: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em alumínio, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 157,00	R\$ 785,00
93	PANELA DE FERRO - Nº 44. COMPOSIÇÃO DE FERRO, N 44, CAPACIDADE MINIMA DE 20 LITROS. com tampa de alumínio. os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em utensílios em ferro, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 287,49	R\$ 1.437,45
94	PANELA EM ALUMINIO GROSSO Nº 18, CAPACIDADE MINIMA DE 1,7 LITROS, os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em alumínio, em vigor na data do edital.	10	UNID	R\$ 35,90	R\$ 359,00
95	PANELA EM ALUMINIO GROSSO Nº 26 CAPACIDADE MINIMA DE 5,0 LITROS: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em alumínio, em vigor na data do edital.	10	UNID	R\$ 38,50	R\$ 385,00



96	PANELÃO 35 LITROS - Nº 45. FABRICADA EM ALUMÍNIO, N 45, CAPACIDADE DE 35 LITROS. espessura 1,8mm, altura 22 cm. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais e utensílios em alumínio, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 209,99	R\$ 1.049,95
97	PANELÃO 50 LITROS - Nº 50. Fabricada em alumínio, com capacidade mínima para 50 litros, espessura 1,8 mm, altura 26 cm. os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em utensílios em alumínio, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 174,00	R\$ 870,00
98	PANO DE CHÃO EXTRA GRANDE PARA LIMPEZA PESADA - CRU 90 X 80 CM.	155	UNID	R\$ 10,08	R\$ 1.562,40
99	PANO DE PRATO ESPECIAL EM ALGODÃO DE 49X70 CM.	120	UNID	R\$ 3,39	R\$ 406,80
100	PANO ESFREGÃO 80x90: O pano esfregão limpeza pesada azul escuro/cinza 80x90 composição 100% algodão. Produto desenvolvido para limpeza de ambientes domésticos e institucionais. Ultra absorvente, excelente em reter sujidade.	255	UNID	R\$ 13,99	R\$ 3.567,45
101	PAPEL FILME - PVC 30 METROS TRANSPARENTE 28 X 30 CM.	50	UNID	R\$ 5,52	R\$ 276,00
102	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO 10 CM DE LARGURA X 300 METROS DE COMPRIMENTO. Fibras celulósicas. folha simples, macia, de boa qualidade, com largura de 10cm, papel gofrado, não perecível. no papel não poderá haver rasgos, falhas ou imperfeições, nem haver indícios de impurezas, com identificação do produto, marca do fabricante e data de fabricação. papel higiênico a unidade (rolo)	1.030	UNID	R\$ 10,96	R\$ 11.288,80
103	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO 10 CM X 30 M, FOLHA DUPLA. PICOTADO. PACOTE COM 64 ROLOS.	200	FD	R\$ 43,26	R\$ 8.652,00



104	<p>PAPEL HIGIÊNICO BRANCO DE FOLHA SIMPLES: de boa qualidade, fabricado a partir de fibras naturais virgens. deverá dissolver-se em água, ser macio, absorvente e homogêneo. não poderá esfarelar durante o uso, nem apresentar odor desagradável (não característico), corte imperfeito, enrugamento com dobras, furos ou impurezas e deverá apresentar resistência adequada à tração. <u>embalagens primárias contendo 04 rolos de 30 metros x 10cm de largura, com identificação do produto, marca do fabricante e data de fabricação. o acondicionamento deverá ser em fardos com 16 pacotes, totalizando 64 rolos cada fardo</u>, sendo que esse deverá ser uniforme e resistente, aguentando as condições de manuseio, transporte e estocagem.</p>	150	FD	R\$ 19,35	R\$ 2.902,50
105	<p>PAPEL TOALHA EM BOBINA: feito com fibras virgens, macio e de boa qualidade, que não esfarele ao atrito com as mãos e que tenha boa absorção. produzido com 100% de fibras celulósicas virgens, folha simples, isto é, sem fibras recicladas na composição. <u>cor: branco; medida da bobina: 20cm (largura) x 200m (comprimento); fardo de papelão contendo 06 (seis) bobinas.</u></p>	400	FD	R\$ 29,61	R\$ 11.844,00
106	<p>PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO: duas dobras, feito com fibras virgens, macio e de boa qualidade, que não esfarele ao atrito com as mãos e que tenha boa absorção, sendo necessário no máximo três folhas para que se obtenha o efeito desejado. <u>medidas mínimas 20,0 x 20,5cm.</u></p> <p>Pacotes em papel tipo kraft com 1000 folhas, contendo informações sobre o produto, marca e fabricante, sendo que dentro do pacote deverá ter 04 sacos plásticos fechados, onde cada um deverá conter 250 folhas, evitando assim contaminação ou desperdício em caso de se abrir a embalagem de papel e não a usar totalmente.</p>	2.550	PCT	R\$ 20,74	R\$ 52.887,00



Estado de Santa Catarina
Município de Nova Erechim

Fone: 49 3333 3100 - E-mail: licitacoes@novaerechim.sc.gov.br

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

107	PEDRA SANITÁRIA PERFUMADA com rede protetora e gancho embalagem com uma unidade cada.	300	UNID	R\$ 1,08	R\$ 324,00
108	PEGADORES CABO LONGO. Totalmente em aço inox e cabo longo. dimensões mínimas de altura 5 cm x largura 5 cm x comprimento 28 cm, certificada pelo NSF (National Sanitation Foundation) organização internacionalmente reconhecida em monitoração de segurança de alimentos e práticas de higiene em empresas de alimentos e restaurantes. deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios de inox, em vigência na data do edital.	30	UNID	R\$ 25,35	R\$ 760,50
109	PENEIRA INOX PEQUENA: peneira de cozinha, em aço inoxidável, diâmetro mínimo 12cm, com cabo com tamanho mínimo de 15 cm.	10	UNID	R\$ 7,94	R\$ 79,40
110	PINCEL DE SILICONE PARA COZINHA. Dimensões mínimas de 3,5 x 21 x 1,2 cm. composição silicone. normas técnicas de referência: o produto deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em silicone, em vigor na data do edital.	10	UNID	R\$ 13,74	R\$ 137,40
111	POTE REDONDO COM TAMPA 6 LITROS: redondo, com tampa, resistente, plástico não reciclado e com finalidade de armazenar alimentos. dimensões aproximadas: comprimento 300 x largura 300 x altura 140 mm. capacidade: 6 litros. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais plásticos para contato com alimentos, em vigor na data do edital.	20	UNID	R\$ 7,39	R\$ 147,80
112	POTE REDONDO COM TAMPA 9 LITROS: redondo, com tampa, resistente, plástico não reciclado e com finalidade de armazenar alimentos. dimensões aproximadas: comprimento 350 x largura 350 x altura 160 mm. capacidade: 9 litros. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais	10	UNID	R\$ 11,49	R\$ 114,90



	plásticos para contato com alimentos, em vigor na data do edital.					
113	POTE RETANGULAR COM TAMPA 04 LITROS. retangular, com tampa, resistente, plástico não reciclado. capacidade de 4 litros, dimensões comprimento 330 x largura 210 x altura 90 mm. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em plástico, em vigor na data do edital.	20	UNID	R\$ 13,95	R\$ 279,00	
114	POTE RETANGULAR COM TAMPA 1,5 LITROS. retangular, com tampa, resistente, plástico não reciclado. capacidade de 1,5 litros, dimensões comprimento 240 x largura 145 x altura 60 mm. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em plástico, em vigor na data do edital.	10	UNID	R\$ 12,79	R\$ 127,90	
115	POTE RETANGULAR COM TAMPA 2,5 LITROS. retangular, com tampa, resistente, plástico não reciclado. capacidade de 2,5 litros, dimensões comprimento 280 x largura 170 x altura 75 mm. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em plástico, em vigor na data do edital.	20	UNID	R\$ 13,95	R\$ 279,00	
116	PRATO REDONDO RASO: p/ sobremesas feito em vidro transparente com diâmetro mín. 18cm e máx. de 20cm.	100	UNID	R\$ 2,88	R\$ 288,00	
117	PRENDEDOR DE ROUPA GRANDE, COM 12 UNIDADES- material plástico resistente	100	UNID	R\$ 2,64	R\$ 264,00	
118	QUEROSENE, FRASCO DE 1 LITRO- Na remoção de manchas no piso, na limpeza de fogões, auxilia na limpeza de tapetes e carpetes, na lavagem de autos e uso em geral.	60	UNID	R\$ 23,20	R\$ 1.392,00	



119	RALADOR 04 FACES. composição aço inox, 4 faces, próprio para legumes, queijos, frutas e verduras. altura 24 cm. os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em utensílios em inox, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 13,95	R\$ 69,75
120	REFIL DE ESPUMA DE PVA, COMPATÍVEL COM O RODO MÁGICO. Refil para rodo mágico 27cm	15	UNID	R\$ 18,63	R\$ 279,45
121	REFIL DUPLO DE BORRACHA PARA RODOS DE ALUMINIO DE 60CM.	30	UNID	R\$ 10,22	R\$ 306,60
122	REFIL PARA RODO DE ESPUMA 40 CM.	30	UNID	R\$ 21,00	R\$ 630,00
123	REFIL SANITÁRIO CAIXA DE 35 G - Pedra Sanitária com 99% de paradiclorobenzeno, substância sublimável e de ação desinfetante que combate odores desagradáveis no vaso sanitário deixando no ar uma sensação de frescor e limpeza enquanto o desodorizante existir.	40	UNID	R\$ 2,51	R\$ 100,40
124	RODINHO DE PIA: no mínimo 14 cm, plástico resistente para limpeza de pia	10	UNID	R\$ 27,99	R\$ 279,90
125	RODO COM 42CM, CABO E CASE EM ALUMINÍO E LIMPADOR DUPLO. Rodo produzido em alumínio injetado de alta qualidade que confere leveza e durabilidade, possui lâmina dupla em borracha de altíssima qualidade e resistência.	40	UNID	R\$ 32,06	R\$ 1.282,40
126	RODO MÁGICO RETRÁTIL: com cabo fabricado em aço inoxidável com 100 cm de comprimento. esponja de PVA altamente absorvente com largura mínima de 27 cm e alavanca para torção. lava e seca pisos sem riscar a superfície, recolhe cabelos e pelos de animais, e espreme a esponja facilmente.	15	UNID	R\$ 48,00	R\$ 720,00
127	SABÃO EM PÓ 1KG - composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante e carga, granulado contendo 1 kg cada.	250	UNID	R\$ 7,72	R\$ 1.930,00



128	SABÃO EM PÓ 2KG - composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante e carga, contendo 2 kg cada.	310	KG	R\$ 9,68	R\$ 3.000,80
129	SABÃO GLICERINADO EM BARRAS COM 5 UNIDADES DE 200 GRAMAS CADA - TOTAL 1000 G.	50	UNID	R\$ 10,99	R\$ 549,50
130	SABONETE LÍQUIDO 5 LITROS (cremoso): para uso contínuo para higienização das mãos, perfumado, enriquecido com emolientes hidratantes, com fragrância suave, pH neutro (6,5 a 7,5), contendo lauril éter sulfato de sódio, glicerina, perolizante, anfótero de betaina, dietanolamida de ácido graxo, não causar irritabilidade dérmica (laudo em laboratório habilitado pela Anvisa), creditado pelo INMETRO.	150	UNID	R\$ 17,98	R\$ 2.697,00
131	SABONETE LÍQUIDO CREMOSO ANTI-SÉPTICO 5 LITROS: indicado para a higienização das mãos em geral, cozinhas. ação antisséptica contra staphylococcus aureus e salmonella choleraesuis. espuma suave, evita o ressecamento das mãos, pH; neutro, pronto para uso, líquido cremoso, com 5 LT.	200	UNID	R\$ 31,09	R\$ 6.218,00
132	SACO DE LIXO 100 LITROS COM 50 UNIDADES - em plástico preto de alta qualidade reforçado, forte e resistente, bem escuro, como uma tela de blackout, impossibilitando a visualização interna do lixo descartado.	810	PCT	R\$ 9,31	R\$ 7.541,10
133	SACO DE LIXO 50 LITROS COM 50 UNIDADES: cada pacote em plástico preto de alta qualidade reforçado, forte e resistente, bem escuro, como uma tela de blackout, impossibilitando a visualização interna do lixo descartado.	400	PCT	R\$ 7,89	R\$ 3.156,00
134	SACO DE LIXO DE 30 LITROS COM 50 UNIDADES em plástico preto de alta qualidade reforçado, forte e resistente, bem escuro, como uma tela de blackout, impossibilitando a visualização interna do lixo descartado.	400	PCT	R\$ 7,93	R\$ 3.172,00



135	SACO DE LIXO REFORÇADO 60 LITROS COM 50 UNIDADES em plástico preto de alta qualidade reforçado, forte e resistente, bem escuro, como uma tela de blackout, impossibilitando a visualização interna do lixo descartado.	300	UNID	R\$ 11,24	R\$ 3.372,00
136	SACO GRANDE DE PANO, ALVEJADO PARA LIMPEZA, COSTURADO - 100% ALGODÃO - TAMANHO 50x80.	80	UNID	R\$ 4,08	R\$ 326,40
137	SACOLA PLÁSTICA BIODEGRADÁVEL: de boa qualidade, nas medidas de no mínimo 38cm x 50cm pacote com 1000und.	20	PCT	R\$ 45,99	R\$ 919,80
138	SACOLA PLÁSTICA BIODEGRADÁVEL: de boa qualidade, nas medidas de no mínimo 30cm x 40cm pacote com 1000und.	25	PCT	R\$ 30,00	R\$ 750,00
139	SACOLA PLÁSTICA BIODEGRADÁVEL: de boa qualidade, nas medidas de no mínimo 25cm x 35cm pacote com 1000und.	15	PCT	R\$ 26,12	R\$ 391,80
140	SAPONÁCEO CREMOSO 300 ML. sapólio (saponáceo) líquido, cremoso. apresentar notificação na ANVISA. frasco de 300ml	400	UNID	R\$ 5,20	R\$ 2.080,00
141	SUPORTE PARA PAPEL TOALHA: em rolo, com alavanca, para fixação na parede.	15	UNID	R\$ 175,49	R\$ 2.632,35
142	TAPETE ANTIDERRAPANTE, COM AS MEDIDAS MINIMAS DE 150CMX60CM: deverá ser confeccionado e material impermeável, lavável e reutilizável, cor a ser definida na ordem de compras,	20	UNID	R\$ 115,00	R\$ 2.300,00
143	TAPETE ANTIDERRAPANTE, COM AS MEDIDAS MINIMAS DE 40CMX60CM: deverá ser confeccionado e material impermeável, lavável e reutilizável, cor a ser definida na ordem de compras.	20	UNID	R\$ 40,00	R\$ 800,00



144	TAPETE SANITIZANTE E HIGIENIZADOR DE CALÇADOS, TAMANHO APROXIMADO 60 X 40 CM.	20	UNID	R\$ 49,00	R\$ 980,00
145	TOALHA DE PAPEL MULTIUSO , para absorção de gorduras, líquidos e pequenos serviços do dia-a-dia. Folha dupla, picotada, medindo aproximadamente 19cm x 22cm. Pacote com 02 (dois) rolos de 60 folhas. A embalagem deve conter informações do produto e fabricante.	250	PCT	R\$ 4,97	R\$ 1.242,50
146	TOALHA DE ROSTO FELPUDA 40 x 70 CM BRANCA E ESCURA: conforme ordem de compra, tecido macio em algodão.	120	UNID	R\$ 16,40	R\$ 1.968,00
147	TOALHAS DE BANHOS ESCURAS E BRANCAS. Composição: mínimo de 85% em algodão, medida mínima de 70 cm x 140 cm, toalhas listradas com franjas nas pontas, cores variadas, a critério do solicitante, felpudas e macias.	300	UNID	R\$ 19,59	R\$ 5.877,00
148	TOUCAS HIGIÊNICAS DESCARTÁVEIS: pacotes c/c 100 unid. cada. com elástico branca, pacote com 100 unidades, não estéril, atóxica 100% polipropileno, não inflamável.	150	PCT	R\$ 6,47	R\$ 970,50
149	TRAVESSA MARINEX DE VIDRO OVAL SEM TAMPA CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 3,2 LITROS. Marinex de vidro, material resistente	15	UNID	R\$ 45,85	R\$ 687,75
150	TRAVESSEIROS PEQUENOS: tamanho de 40 cm X 30 cm, toque aveludado, preenchimento de fibra.	50	UNID	R\$ 15,85	R\$ 792,50
151	VASSOURA DE PALHA COM CABO DE NO MÍNIMO 120CM - normal - três costuras - palha com fibras longas e resistentes, com largura mínima de 40 cm de palha.	330	UNID	R\$ 28,36	R\$ 9.358,80
152	VASSOURA DE PALHA COM CABO MÍNIMO 2,0 METROS: palha fibras longas e resistentes, com largura mínima de 40 cm de palha e três costuras	32	UNID	R\$ 18,39	R\$ 588,48



153	VASSOURA EM NYLON: com cabo de metal ou alumínio de no mínimo 120cm, nas dimensões aproximadas de: 30 x 16,5 x 4,5 cm, vassouras multiuso para pisos internos e externos, cerdas plumadas, cerdas com aparafusamento curva.	200	UNID	R\$ 6,33	R\$ 1.266,00
154	XÍCARA DE VIDRO TRANSPARENTE, COM CAPACIDADE MINIMA PARA 300ML.	150	UNID	R\$ 8,12	R\$ 1.218,00
TOTAL					R\$ 305.206,68
Devido a extensão dos dados os valores unitários de cada item e suas respectivas atas encontram—se na memória de cálculo anexa ao processo.					
7.	Justificativas para o parcelamento ou não da contratação: Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade. Sendo que os itens serão solicitados conforme as demandas da secretaria solicitante.				
8.	Contratações correlatas e/ou interdependentes: não há nenhuma contratação correlata.				
9.	Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração: Não há Plano Anual de Contratação PAC vigente para esta municipalidade.				
10.	Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis: Com a contratação almeja-se: <ul style="list-style-type: none">• Atender as demandas de aquisições de gêneros de copa, cozinha, higiene, limpeza e produtos de cama, mesa e banho, para manutenção das atividades.• Garantir um ambiente de trabalho limpo, conservado, com itens necessários a adequada continuidade da prestação do serviço público.• Buscar também a economicidade nas contratações obtendo as melhores relações de custo benefícios possíveis;				
11.	Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual: Não há providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do Contrato.				
12.	Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável: Os principais impactos ambientais identificados são relacionados ao processo produtivo, como à geração de efluentes, ao próprio uso dos produtos ou mesmo à geração de resíduos de embalagem pós-uso.				



	Os riscos de impactos ocasionados devido a produção nas indústrias, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, em como as lei e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades e com relação as embalagens no pós-uso devem-se fazer a separação desta para posterior descarte correto.
13.	Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina: Por meio deste estudo técnico preliminar evidencia-se que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação de empresa para aquisição de itens de copa, cozinha, higiene, limpeza e produtos de cama, mesa e banho. Que visam a manutenção das secretarias municipais do município de Nova Erechim-SC.

Karen Kunze Pezzini
Secretaria de Educação Cultural e Esportes
DATA: 18/05/2026



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 021/2026

ELEMENTOS	
1.	<p>Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação:</p> <p>1.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo: copa, cozinha, higiene, limpeza e produtos de cama, mesa, banho para manutenção das secretarias municipais do município de Nova Erechim – SC.</p> <p>1.2 Os itens a serem licitados por meio deste processo licitatório são enquadrados como comuns pois seus padrões e qualidades podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado e a escolha do licitante vencedor será feita com base no menor preço ofertado.</p> <p>1.3 Os quantitativos irão seguir conforme definição deste termo de referência.</p> <p>1.4 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado com seus quantitativos, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso conforme Art. 84 da lei 14.133/2021.</p> <p>1.5 Solicita-se a abertura de processo licitatório para Registro de Preços visando futura e eventual aquisição de materiais de consumo: copa, cozinha, higiene, limpeza e produtos de cama, mesa e banho, destinados à manutenção das atividades das Secretarias Municipais do Município de Nova Erechim.</p> <p>A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da necessidade contínua e permanente desses materiais para o adequado funcionamento dos serviços públicos municipais, considerando que o consumo ocorre de forma variável e parcelada ao longo do exercício, impossibilitando a definição prévia e exata dos quantitativos a serem efetivamente utilizados.</p> <p>O Registro de Preços proporciona maior eficiência administrativa e economicidade, permitindo que as aquisições sejam realizadas conforme a demanda efetiva de cada secretaria, evitando desperdícios, armazenamento excessivo e eventual desabastecimento dos itens essenciais à manutenção das atividades administrativas e operacionais.</p> <p>Além disso, o sistema possibilita maior agilidade nas contratações futuras, redução do número de processos licitatórios e melhor planejamento das despesas públicas, observando os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.</p> <p>Dessa forma, a realização do processo licitatório por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais adequada para garantir o fornecimento contínuo dos materiais necessários ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nova Erechim.</p> <p>1.6 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS</p> <p>A presente licitação será realizada pelo Município de Nova Erechim/SC, na condição de Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.</p>



Participará da presente Ata de Registro de Preços, na condição de Órgão Participante, a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Erechim/SC, inscrita no CNPJ nº 01.802.947/0001-89, que manifestou interesse durante a fase de Intenção de Registro de Preços – IRP nº 009/2026.

Os quantitativos destinados a cada órgão constam do Termo de Referência e integram o quantitativo total registrado para cada item.

Compete ao Município de Nova Erechim, na qualidade de Órgão Gerenciador:

I – conduzir os procedimentos da licitação e do Registro de Preços;

II – gerenciar a Ata de Registro de Preços;

III – aplicar, quando cabível, as penalidades decorrentes do descumprimento das condições da Ata, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

IV – promover os atos necessários à manutenção da Ata de Registro de Preços.

Compete a cada Órgão Participante:

I – emitir as Autorizações de Fornecimento ou instrumento equivalente;

II – acompanhar e fiscalizar a execução das contratações decorrentes da Ata;

III – realizar o recebimento provisório e definitivo dos bens;

IV – promover a liquidação e o pagamento das despesas decorrentes das contratações que realizar;

V – comunicar ao Órgão Gerenciador eventuais irregularidades verificadas na execução contratual.

As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do órgão responsável pela contratação e pagamento, observando-se os dados cadastrais constantes na respectiva Autorização de Fornecimento.

A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a contratar, facultando-se a realização de procedimento específico para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.



	<p>As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços observarão os quantitativos máximos registrados para cada órgão participante, vedada a utilização dos quantitativos de um órgão por outro sem a prévia anuência do Órgão Gerenciador e observância da legislação aplicável.</p>
2.	<p>Especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança:</p> <p>2.1 Considerando que o município de Nova Erechim não possui catálogo eletrônico de padronização considerando a complexidade que o processo de sua elaboração exige. E após a realização de pesquisa no catálogo eletrônico federal localizou-se somente três itens padronizados. Assim sendo os itens foram descritos pelo setor descritos detalhadamente no item 10 deste termo de referência.</p>
3.	<p>Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas:</p> <p>3.1 A contratação em questão está devidamente fundamentada no Estudo técnico preliminar Nº 021/2026 da Secretaria de Educação Cultura e Esportes.</p>
4.	<p>Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto:</p> <p>4.1 solução proposta é o Sistema de Registro de Preços a partir de Pregão Eletrônico, para a aquisição de materiais de consumo: copa, cozinha, higiene, limpeza e produtos de cama, mesa, banho para manutenção das secretarias municipais do município de Nova Erechim – SC.</p>
5.	<p>Requisitos da contratação:</p> <p>15.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA</p> <p>15.1.1 Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. <p>15.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA</p> <ul style="list-style-type: none">a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;c) Regularidade perante a Fazenda Federal;d) Regularidade perante a Fazenda Estadual;



- e) Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;
- f) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas);
- h) Declaração do licitante de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

15.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

15.3.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.

15.4 QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e que dispõe de aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

15.5. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

15.5.1 A proponente deverá DECLARAR em documento único:

- a) ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO: DECLARA, nos termos do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021 que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- b) DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR: DECLARA para os devidos fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega, nem empregará, durante a vigência do contrato, menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
- c) DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS: DECLARA que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- d) PLENO CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DAS REGRAS E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento.
- e) O interessado declara que tem CIÊNCIA DA EXISTÊNCIA DA LEI Nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.
- f) Declara sob as penas da lei que ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para



o cumprimento das obrigações objeto da licitação; bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital do referido processo licitatório do Município de Nova Erechim.

g) Declara, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021, que CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

h) A proponente ENQUADRADA COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

i) DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

6. **Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento:**

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Após a finalização do processo, identificando a necessidade de aquisição dos itens licitados, o setor de compra irá emitir ordem de compra aos fornecedores que devem entregar os itens solicitados conforme a quantidade constante na ordem de compra e nas descrições e exigências deste Termo de Referência, edital e seus anexos.
- b) Os itens deverão ser transportados de forma adequada para garantir que os itens adquiridos cheguem em perfeitas condições.
- c) O contratado deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos itens, sem qualquer ônus para a municipalidade.
- d) Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada autorizada pelos órgãos competentes.
- e) O contratado deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição de itens em desacordo com as condições pactuadas.
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 13 e 17, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- g) Todos os produtos da presente licitação deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observando os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- h) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto fora das conformidades;
- i) Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- j) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



	k) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
7.	<p>Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade:</p> <p>7.1 A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada pelos responsáveis de cada secretaria, Karen Kunze Pezzini, Secretária Municipal de Educação, Adriana Marchetto, Secretária Municipal de Assistência Social, Ademar Jorge Schneider, Secretário Municipal da Agricultura, Cleiton Franki Ferla, Secretário Municipal da Administração, Rafael Nichelle, Responsável pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Eloi Correa Borges, Secretário de Saúde, ou por outros que vierem a substituí-los, nos termos do Artigo 117 da Lei 14.133/2021. A execução da Ata de Registro de Preços, referente ao quantitativo da Câmara de Vereadores, será acompanhada pela Sra. Ana Claudia Lauxen Zuzeliski, ou por outro que vier a substituí-la.</p> <p>7.2 Imediatamente após a entrega dos itens solicitados, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelos fiscais de contrato.</p> <p>7.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a legislação vigente.</p> <p>7.4 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.</p>
8.	<p>Critérios de medição e de pagamento:</p> <p>8.1 No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos ou insatisfação em relação aos serviços executados em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades.</p> <p>8.2 A Administração efetuará o pagamento do objeto desta licitação, ao (s) licitante (s) vencedor (es) no prazo de até 30 (trinta) dias mediante conclusão dos serviços (entende-se pela conclusão e execução completa da troca de padrão, compreendendo os serviços da executora e da concessionária de energia) e consequente emissão de nota fiscal.</p> <p>8.3 Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.</p> <p>8.4 O pagamento será creditado em favor do Fornecedor, por meio de ordem bancária contra qualquer entidade bancária indicada na nota fiscal, para isto, deve ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente com dígito em que deverá ser efetivado o crédito.</p>



8.5 A nota fiscal deverá ser emitida pelo próprio CONTRATADO, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ com que foi indicado no certame e constante na Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ.

9. **Forma e critério de seleção do fornecedor:**

9.1 Será feito por meio de processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico, registro de preço, para disputa de preços na busca da melhor proposta para a administração. Considerando que o critério de avaliação será o de menor preço por item.

10. **Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado:**

10.1 As estimativas de despesa basearam-se na consulta de preços no DOM, em municípios próximos que realizaram a aquisição dos mesmos itens, contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, e por meio de pesquisa direta com fornecedores locais e regionais que dispunham dos itens da licitação, que já haviam participados de processos anteriores no município ou em outros da região, e fornecedores que trabalham com o item que a secretaria necessita, buscando assim se chegar ao preço de mercado apresentando-se valores a seguir elencados:

ITEM	Descritivo	Quant.	Unidade	Média	VALOR TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA 5 LITROS - alvejante com cloro) - composição: hipoclorito de sódio e água; teor de cloro ativo 2,0% a 2,5%.	610	UNID	R\$ 11,57	R\$ 7.057,70
2	ÁLCOOL ETÍLICO hidratado 70% INPM em embalagem de 01 litro apresentação líquido	500	LITRO	R\$ 6,70	R\$ 3.350,00
3	ALCOOL ETÍLICO, AROMATIZADO: líquido 65% aromas diversos, conforme ordem de compra concentração: 65 INPM - frasco de 1.000ml	150	LITRO	R\$ 6,89	R\$ 1.033,50
4	ÁLCOOL GEL ETÍLICO hidratado 70º graus - 450 gramas.	300	UNID	R\$ 6,51	R\$ 1.953,00
5	ALCOOL LÍQUIDO 92,8º GRAUS de 1 litro	300	LITRO	R\$ 7,86	R\$ 2.358,00
6	ALMOFADAS: tamanho de 45 cm X 45 cm, preenchimento em fibra.	100	UNID	R\$ 19,97	R\$ 1.997,00



Estado de Santa Catarina
Município de Nova Erechim

Fone: 49 3333 3100 - E-mail: licitacoes@novaerechim.sc.gov.br

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

7	ALVEJANTE SEM CLORO 5 LITROS: composição básica de peróxido de hidrogênio, linear alquilbenzeno sulfonato de sódio, coadjuvantes, sequestrante, corante, fragrância e água. não agride os tecidos, é especial para roupas coloridas, diluição padrão de 100 ml de produto para 10 l de água. galão opaco com 5 litros. a embalagem possui a marca, os dados do fabricante, procedência, lote e validade.	200	UNID	R\$ 22,31	R\$ 4.462,00
8	AMACIANTE DE ROUPAS 2 LITROS: Fragrâncias diversas.: AMACIANTE DE ROUPAS CONCENTRADO 2 LTS: ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO COM ASPECTO LÍQUIDO VISCOSO CONCENTRADO E PH (PURO) ENTRE 3,0 A 3,6, PERFUMADO. COMPOSIÇÃO TENSOATIVO NÃO IONICO, COADJUVANTE, ALCALINIZANTE, SOLÚVEL EM ÁGUA, BASE NEUTRA.	400	UNID	R\$ 10,10	R\$ 4.040,00
9	AROMATIZADOR DE AR PARA AMBIENTES: em forma de aerossol, ingredientes ativos, benzoato de sódio, fragrância e propelentes, ativo álcool etílico 96° gl: 41,68%, embalagem individual 360 ml fragrância agradável: lavanda, flores do campo entre outras.	350	UNID	R\$ 26,36	R\$ 9.226,00
10	BABADOR DE SILICONE: macio com pega migalhas e fecho com botões ajustáveis, tipo do tecido: 100% silicone. Dimensões do produto: 2X23X28 cm. Idade recomendada: 3 meses a 2 anos. Nas cores diversas (a pedido do cliente)	60	UNID	R\$ 29,00	R\$ 1.740,00
11	BACIA CANELADA REDONDA COM CAPACIDADE PARA 34 LITROS.	12	UNID	R\$ 23,99	R\$ 287,88
12	BACIA PLÁSTICA 3 LITROS: para alimentos, retangular, cor branca com capacidade para 3 litros.	25	UNID	R\$ 7,35	R\$ 183,75
13	BACIA PLÁSTICA 5 LITROS: para alimentos, retangular, cor branca, com capacidade para 5 litros.	10	UNID	R\$ 7,77	R\$ 77,70
14	BALDE DE PEDREIRO: capacidade mínima para 12 litros alça de aço reforçado. cor preta.	32	UNID	R\$ 12,56	R\$ 401,92



15	BALDE GRANDE: capacidade de 30 litros produzido em plástico de boa qualidade. alça de metal resistente.	50	UNID	R\$ 29,99	R\$ 1.499,50
16	BORRIFADOR: fabricado em material transparente, capacidade mínima 400 ml.	100	UNID	R\$ 9,06	R\$ 906,00
17	CABO PARA RODO E OU VASSOURA EM ALUMINIO, NO COMPRIMENTO MINIMO DE 150CM.	20	UNID	R\$ 15,50	R\$ 310,00
18	CAIXA ORGANIZADORA EM PLÁSTICO, TRANSPARENTE, COM TAMPA E TRAVAS COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS.	20	UNID	R\$ 38,24	R\$ 764,80
19	CAIXA ORGANIZADORA EM PLÁSTICO, TRANSPARENTE, COM TAMPA E TRAVAS COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS.	15	UNID	R\$ 38,00	R\$ 570,00
20	CAIXA ORGANIZADORA EM PLÁSTICO, TRANSPARENTE, COM TAMPA E TRAVAS COM CAPACIDADE PARA 40 LITROS.	14	UNID	R\$ 59,30	R\$ 830,20
21	CAPAS PARA ALMOFADAS: tamanho de 45 cm X 45 cm, em tecido liso 100% poliéster, coloridas (amarelo, verde, vermelho, azul, laranja, roxo, conforme ordem de compra) com zíper.	100	UNID	R\$ 11,95	R\$ 1.195,00
22	CARRINHO DE LIMPEZA: conjunto de dois baldes com capacidade mínima de 15 litros cada, com cavalete e espremedor para limpeza de pisos frios em geral.	5	UNID	R\$ 631,95	R\$ 3.159,75
23	CERA LIQUIDA AMARELA 750 ML: para uso geral - garante brilho intenso e proteção do piso. Cera líquida, cor amarela, que contenha na sua composição: parafina, cera de carnaúba, emulsificante, alcalinizante, plastificante, coadjuvante, formol, perfume e água.	50	UNID	R\$ 8,64	R\$ 432,00
24	CERA LÍQUIDA INCOLOR 750 ML. cera líquida incolor que contenha na sua composição: parafina, cera de carnaúba, emulsificante, alcalinizante, plastificante, coadjuvante, formol, perfume e água.	250	UNID	R\$ 7,81	R\$ 1.952,50



25	CERA LÍQUIDA VERMELHA 750ML - para uso geral- cera líquida, cor vermelha, que contenha na sua composição: parafina, cera de carnaúba, emulsificante, alcalinizante, plastificante, coadjuvante, formol, perfume e água. sem corantes. embalagens de 750ml	50	UNID	R\$ 8,64	R\$ 432,00
26	CESTO DE PLÁSTICO COM TAMPA 40LT.	30	UNID	R\$ 34,17	R\$ 1.025,10
27	CESTO DE PLÁSTICO COM TAMPA COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS.	25	UNID	R\$ 25,59	R\$ 639,75
28	CESTO DE PLÁSTICO COM TAMPA E CAPACIDADE PARA 100L.	20	UNID	R\$ 73,88	R\$ 1.477,60
29	CESTO REDONDO TELADO PARA LIXO DE ATÉ 10 LITROS- Cesto telado para escritório em metal cor preta de capacidade de até 10 litros.	30	UNID	R\$ 26,49	R\$ 794,70
30	CHALEIRA ELÉTRICA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,7 LITROS: com seletor de temperatura (até 100°), com indicador de água visível e desligamento automático (quando atingir a temperatura selecionada). com proteção contra superaquecimento. tendo potência mínima de 1500 W - 220V.	50	UNID	R\$ 74,44	R\$ 3.722,00
31	COBERTAS: tecido de soft, medidas mínimas de 100cmX150cm, com estampas sortidas ou lisa.	150	UNID	R\$ 21,49	R\$ 3.223,50
32	COLHER INOX GRANDE PARA COZINHA COM PELO MENOS 32CM.	40	UNID	R\$ 9,00	R\$ 360,00
33	COLHER PARA REFEIÇÃO: feito totalmente em aço inox e cabo monobloco, ou seja, em uma única peça, sem emendas. acabamento em brilho. <u>Dimensões aproximadas de altura 2,1 cm x largura 4,3 cm x comprimento 19 cm.</u> deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios de inox, em vigência na data do edital.	100	UNID	R\$ 1,64	R\$ 164,00
34	COLHER PLÁSTICA GRANDE TAMANHO MÍNIMO 30 CM: Colher para utilizar em altas temperaturas, material resistente, mínimo 30 cm	10	UNID	R\$ 12,00	R\$ 120,00



35	CONCENTRADO ANTI-MOFO LIQUIDO 1 LITRO: para remoção de mofos de pisos, calçadas e paredes, formula a base de hipoclorito de sódio, 4 vezes mais concentrado que uma água sanitária, pode ser diluído e utilizado como alvejante ou uma água sanitária. composição: hipoclorito de sódio 10-12, hidróxido 0,4 - 1,0 cloreto de sódio 6-9, água 78 - 84.	50	UNID	R\$ 14,87	R\$ 743,50
36	CONJUNTO PÁ DE LIXO: com vassourinha, tamanho mínimo 27 cm, largura de 22 cm, altura: 7 cm. fabricadas em plástico resistente.	20	CNJ	R\$ 11,30	R\$ 226,00
37	COPO GRADUAL DE MEDIDAS CAPACIDADE DE 500 ML: ideal para fazer receitas com medidas exatas. contém medidas para arroz, farinha, açúcar, feijão e outros alimentos. composição de polipropileno. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em plástico em contato com alimentos, em vigor na data do edital.	1.000	UNID	R\$ 8,48	R\$ 8.480,00
38	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL E BIODEGRADÁVEL 180 ML C/ 100 UNIDADES: em poliestireno não tóxico, cor transparente.	1.050	PCT	R\$ 5,04	R\$ 5.292,00
39	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL E BIODEGRADÁVEL 50 ML C/ 100 UNIDADES: em poliestireno não tóxico, cor transparente.	50	PCT	R\$ 3,09	R\$ 154,50
40	CORTADOR DE PIZZA: composição inox. dimensões de 7 x 19,5 x 1,5 cm: o produto deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em inox, em vigor na data do edital.	10	UNID	R\$ 18,87	R\$ 188,70



41	CORTINAS EM TECIDO BLACKOUT: Gramatura mínima de 200, cor cinza, areia ou similar, conforme solicitação na ordem de compra, barra com ilhós, franzido de 2 m a cada 1 m no mínimo. Acabamento (sem desfiados, sem manchas, barra com costura reta, pontos resistentes, não pode estar descosturado). Barra: a barra deverá ter um zig-zague ou costura em overloque na borda do tecido e dobrada uma vez, passando a costura, evitando desfiados. A barra poderá ser larga ou fina, ficando a critério do fornecedor, conforme o melhor caimento do tecido. Garantia: 2 anos contra vícios decorrentes de má instalação e ou defeitos de fabricação. Instalada com todos os insumos necessário. A altura da cortina é variável conforme o tamanho da janela e solicitação da secretaria requisitante. Sendo que o fornecedor deverá realizar a medição das mesmas para posterior confecção.	780	M ²	R\$ 4,03	R\$ 3.143,40
42	DESCASCADOR DE LEGUMES MANUAL. descascador e fatiador para legumes e frutas, plástico polietileno branco e lâmina de aço inox, dimensões de (L X A X P) 05,0 X 02,0 X 17,0 CM. deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em plástico para contato com alimentos, em vigência na data do edital.	10	UNID	R\$ 8,99	R\$ 89,90
43	DESENTUPIDOR PIA: desentupidor granulado para pias e ralos padrão diabo verde ou superior com a seguinte composição: hidróxido de sódio, cloreto de sódio, nitrato de sódio, barrilha, alumínio, corante. Embalagem com 300 gramas.	15	UNID	R\$ 15,03	R\$ 225,45
44	DESINFETANTE 2 LITROS - utilizado em pisos, azulejos, esmaltados, banheiras e mármore. Também pode ser utilizado para limpar fogões, pias, metais, geladeiras, fórmicas e vidros.	700	UNID	R\$ 7,44	R\$ 5.208,00
45	DESINFETANTE CONCENTRADO: para desinfecção e limpeza em geral. galões de 5 litros. faz até 1500 litros cada galão.	200	UNID	R\$ 11,71	R\$ 2.342,00



46	DETERGENTE LOUÇA GALÃO 5 LT. Detergente alcalino clorado, concentrado, em gel. possui alto rendimento e formação de espuma. detergente de uso geral galão 5 litros eficiente e de boa qualidade.	30	UNID	R\$ 23,25	R\$ 697,50
47	DETERGENTE PARA LOUÇA 500 ML: Fragrâncias diversas.	1.500	UNID	R\$ 1,74	R\$ 2.610,00
48	DIFUSOR AROMAS COM VARETAS, COM 250ML, AROMAS DIVERSOS.	100	UNID	R\$ 25,94	R\$ 2.594,00
49	DISPENSER AUTOMÁTICO DE COPOS 150/160/180/200 ML: composição: acrílico ou plástico, com alavanca que permite a saída de um copo cada vez que acionada, garantindo assim mais economia na quantidade de copos usados.	11	UNID	R\$ 36,99	R\$ 406,89
50	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO PARA FIXAÇÃO EM PARADE: com capacidade mínima de 800 ml.	10	UNID	R\$ 18,95	R\$ 189,50
51	EMBALAGEM PARA AMOSTRA (ALIMENTOS COZINHA), 15CM X35CM PCT COM 1000 UNID. Feito de Polietileno de Baixa Densidade, Material Esterilizado com a Tarja Branca para a descrição do Alimento, O Saco para amostra vem totalmente lacrado.	50	PCT	R\$ 116,90	R\$ 5.845,00
52	EMBALAGEM PLÁSTICA P/ ALIMENTO 3 KG 23 X 34 CM C/ 100 UN.	25	ROLO	R\$ 4,72	R\$ 118,00
53	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA ALIMENTO 5 KG C/ 100 UN - 28 X 39 CM.	70	ROLO	R\$ 5,30	R\$ 371,00
54	ESCORREDOR DE MASSA COM PÉ - N 46. linha industrial, n 46, fabricado em alumínio, com pé, altura 35 cm, capacidade de 20 litros. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em alumínio em contato com alimentos, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 69,89	R\$ 349,45
55	ESCOVA PARA LAVAR MAMADEIRAS 25 CM- Material do punho em plástico resistente, cerdas Nylon de alta qualidade	10	UNID	R\$ 8,40	R\$ 84,00



56	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO BRANCA COM SUPORTE DE CHÃO - material plástico, cerdas resistentes e duráveis, que não deformam e nem embolam, garantindo uma vida útil muito maior para o produto	100	UNID	R\$ 7,66	R\$ 766,00
57	ESCOVÃO DE NYLON OVAL PARA LIMPEZA EM ROUPAS: BASE PARA SEGURAR, CABO EM PLÁSTICO RESISTENTE E CERDAS DE NYLON 19 CM	27	UNID	R\$ 6,24	R\$ 168,48
58	ESFREGÃO DE AÇO (LIMPEZA PESADA) PCT COM 2 UN- Esfregão de aço 100% galvanizado com 2 unidades	75	UNID	R\$ 3,24	R\$ 243,00
59	ESPANADOR DE PÓ EM FIBRA: tamanho mínimo de 40 cm.	6	UNID	R\$ 20,30	R\$ 121,80
60	ESPÁTULA DE SILICONE GRANDE. DIMENSÕES DE 28,5 X 5,5 X 1,5 CM, Peso mínimo 100 gr. composição silicone resistente a alta temperatura. o produto deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em silicone, em vigor na data do edital.	15	UNID	R\$ 17,25	R\$ 258,75
61	ESPONJA DE LÃ DE AÇO PACOTE COM 8 UNIDADES.	33	PCT	R\$ 1,76	R\$ 58,08
62	ESPONJA MULTIUSO C/3 UNIDADES (tipo duas cores verde e amarelo).	650	UNID	R\$ 2,79	R\$ 1.813,50
63	ESPREMEDOR DE LARANJA: espremedor manual de frutas em alumínio fundido grande. ideal para fazer suco de laranja, de forma rápida e sem sujeira. comprimento: 24 cm. largura: 9 cm. O produto deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em alumínio fundido em contato com alimentos, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 41,00	R\$ 205,00
64	ESPREMEDOR DE LIMÃO: espremedor manual de limão em inox. o espremedor de limão é fabricado em inox. medidas do produto: comprimento: 18 cm x largura: 6 cm x altura: 5 cm. os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de	5	UNID	R\$ 28,00	R\$ 140,00



	utensílios em contato com alimentos, em vigor na data do edital.				
65	FACA DE CORTE PARA CARNES (LISO) 10 POLEGADAS. Lâmina em aço inox e cabo de polipropileno branco. comprimento de lâmina de pelo menos 22,5cm. certificada pelo NSF (National Sanitation Foundation) organização internacionalmente reconhecida em monitoração de segurança de alimentos e práticas de higiene em empresas de alimentos e restaurantes. deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios de inox, em vigência na data do edital.	10	UNID	R\$ 28,24	R\$ 282,40
66	FACA P/ CARNE EM AÇO INOX, COM CABO PLÁSTICO, COM 45 CM.	15	UNID	R\$ 19,09	R\$ 286,35
67	FLANELA, MATERIAL ALGODÃO: comprimento 60, largura 40, material 100% algodão, largura 60, características adicionais tipo flanela, bordas lisas, aplicação limpeza geral.	250	UNID	R\$ 5,67	R\$ 1.417,50
68	FORMA PARA BOLO FABRICADA EM ALUMÍNIO, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 35 X30 CM.	10	UNID	R\$ 29,37	R\$ 293,70
69	FÓSFORO GRANDE C/ 240 PALITOS - 5cm	120	CX	R\$ 3,39	R\$ 406,80
70	FRASCO PARA SABONETE LÍQUIDO DE MESA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 ML.	30	UNID	R\$ 3,95	R\$ 118,50
71	FRONHA: tamanho de 40 cm X 30 cm, tecido de algodão liso.	50	UNID	R\$ 11,30	R\$ 565,00
72	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO C/ 50 UNIDADES, TAMANHO 23X 22 CM.	600	PCT	R\$ 1,33	R\$ 798,00
73	INSETICIDA AEROSSOL MULTI-INSETOS À BASE DE ÁGUA. FRASCO COM NO MÍNIMO 300 ML.	75	UNID	R\$ 10,33	R\$ 774,75
74	JOGO DE 6 COPO DE VIDRO LISO 350 ML. copo transparente de vidro, liso, capacidade de no mínimo 350 ml. deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação	150	UNID	R\$ 25,09	R\$ 3.763,50



	de utensílios em vidro, em vigência na data do edital				
75	KIT VARÃO PARA CORTINAS: bastão de 3 metros, tubo de metal branco reforçado 19 mm, ponteiros de metal branco 19 mm, parafusos e buchas e demais insumos necessários para instalação.	50	KIT	R\$ 27,40	R\$ 1.370,00
76	LEITEIRA EM ALUMÍNIO OU AÇO INOX: cabo com isolamento térmico, capacidade mínima de 2,5 litros, apropriado para manuseio de alimentos.	10	UNID	R\$ 25,18	R\$ 251,80
77	LENÇÓIS COM ELÁSTICO: tecido de algodão liso que sirva em caminhas empilháveis tamanho das camas: 54cmX133cmX11cm.	100	UNID	R\$ 23,50	R\$ 2.350,00
78	LIMPA VIDROS COM GATILHO 1 LITRO	200	UNID	R\$ 7,54	R\$ 1.508,00
79	LIMPADOR DE PISOS E PEDRAS 5 LITROS: composição: ácidos inorgânicos, corante, agente inibidor, tensoativo e água. embalagem de 5 litros.	75	UNID	R\$ 20,14	R\$ 1.510,50
80	LIXEIRA FABRICADA EM PLÁSTICO RESISTENTE DE NO MÍNIMO 120L: com tampa e abertura por pedal, com rodas para transporte. (cor a ser definida na ordem de compra)	10	UNID	R\$ 199,25	R\$ 1.992,50
81	LIXEIRA RETANGULAR COM TAMPA E PEDAL 50 LITROS. fabricada em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) ou Polipropileno (PP), respeitando as principais normas vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medindo em torno de 44,5X42,2X56 cm.	40	UNID	R\$ 55,23	R\$ 2.209,20
82	LIXEIRAS 100 LITROS COM TAMPA E PEDAL - em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) ou Polipropileno (PP). Fabricada com material de alta qualidade e tecnologia, respeitando as principais normas vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	15	UNID	R\$ 92,66	R\$ 1.389,90



83	LÚSTRA MÓVEIS LÍQUIDO 500 ML – dá brilho intenso, garante a proteção dos móveis contra manchas d'água e deixa um agradável perfume de longa duração. indicado para móveis, geladeiras, eletrodomésticos, azulejos, superfícies de mármore, fórmicas e esmaltadas. composição: ceras, silicones, emulsificantes, espessante, conservante, solvente alifático, coadjuvante, fragrância e água.	30	UNID	R\$ 6,01	R\$ 180,30
84	LUVA ALTA TEMPERATURA PARA USO NA COZINHA: confeccionada em material específico, para trabalhos até 250°, impermeável, retardante de chamas, tipo dois dedos, comprimento mínimo 35cm, com CA valido e compatível.	15	PAR	R\$ 25,84	R\$ 387,60
85	LUVA ALTA TEMPERATURA PARA USO NA COZINHA: confeccionada em material específico, para trabalhos até 250°, impermeável, retardante de chamas, tipo dois dedos, comprimento mínimo 45cm, com CA valido e compatível.	15	PAR	R\$ 32,74	R\$ 491,10
86	LUVAS LATEX PARA PROCEDIMENTOS: não estéril, com pó. caixa com 100 unidades. (tamanho a ser definido no ato do pedido)	202	CX	R\$ 7,75	R\$ 1.565,50
87	LUVAS PARA LIMPEZA: palma antiderrapante, resistente aos produtos químicos e detergentes, foro látex, tamanho: P - M - G com C.A. válido e compatível.	350	PAR	R\$ 4,49	R\$ 1.571,50
88	MEXEDOR PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ E DRINK. Fabricado em poliestireno. comprimento mínimo 11 cm. pacote com no mínimo 240 unidades.	50	PCT	R\$ 7,79	R\$ 389,50
89	PÁ PARA LIXO EM PLÁSTICO: tamanho mínimo 27 cm, largura de 22 cm, altura: 7 cm com cabo de madeira com no mínimo 50 cm.	20	UNID	R\$ 11,70	R\$ 234,00
90	PANELA ALUMÍNIO FUNDIDO - Nº 30. COMPOSIÇÃO ALUMÍNIO FUNDIDO, COM TAMPA DE ALUMÍNIO, N 30, CAPACIDADE MINIMA DE 8,8 LITROS: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de	5	UNID	R\$ 140,30	R\$ 701,50



	materiais em utensílios em alumínio, em vigor na data do edital.				
91	PANELA ALUMÍNIO FUNDIDO - Nº 36. COMPOSIÇÃO ALUMÍNIO FUNDIDO, COM TAMPA DE ALUMÍNIO, CAPACIDADE MINIMA DE 14 LITROS. os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em alumínio, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 119,00	R\$ 595,00
92	PANELA ALUMÍNIO FUNDIDO Nº 34. COMPOSIÇÃO ALUMÍNIO FUNDIDO, COM TAMPA DE ALUMÍNIO, N 34, CAPACIDADE MINIMA DE 12 LITROS: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em alumínio, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 157,00	R\$ 785,00
93	PANELA DE FERRO - Nº 44. COMPOSIÇÃO DE FERRO, N 44, CAPACIDADE MINIMA DE 20 LITROS. com tampa de alumínio. os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em utensílios em ferro, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 287,49	R\$ 1.437,45
94	PANELA EM ALUMINIO GROSSO Nº 18, CAPACIDADE MINIMA DE 1,7 LITROS, os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em alumínio, em vigor na data do edital.	10	UNID	R\$ 35,90	R\$ 359,00
95	PANELA EM ALUMINIO GROSSO Nº 26 CAPACIDADE MINIMA DE 5,0 LITROS: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em alumínio, em vigor na data do edital.	10	UNID	R\$ 38,50	R\$ 385,00
96	PANELÃO 35 LITROS - Nº 45. FABRICADA EM ALUMÍNIO, N 45, CAPACIDADE DE 35 LITROS. espessura 1,8mm, altura 22 cm. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à	5	UNID	R\$ 209,99	R\$ 1.049,95



	fabricação de materiais e utensílios em alumínio, em vigor na data do edital.				
97	PANELÃO 50 LITROS - Nº 50. Fabricada em alumínio, com capacidade mínima para 50 litros, espessura 1,8 mm, altura 26 cm. os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em utensílios em alumínio, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 174,00	R\$ 870,00
98	PANO DE CHÃO EXTRA GRANDE PARA LIMPEZA PESADA - CRU 90 X 80 CM.	155	UNID	R\$ 10,08	R\$ 1.562,40
99	PANO DE PRATO ESPECIAL EM ALGODÃO DE 49X70 CM.	120	UNID	R\$ 3,39	R\$ 406,80
100	PANO ESFREGÃO 80x90: O pano esfregão limpeza pesada azul escuro/cinza 80x90 composição 100% algodão. Produto desenvolvido para limpeza de ambientes domésticos e institucionais. Ultra absorvente, excelente em reter sujidade.	255	UNID	R\$ 13,99	R\$ 3.567,45
101	PAPEL FILME - PVC 30 METROS TRANSPARENTE 28 X 30 CM.	50	UNID	R\$ 5,52	R\$ 276,00
102	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO 10 CM DE LARGURA X 300 METROS DE COMPRIMENTO. Fibras celulósicas. folha simples, macia, de boa qualidade, com largura de 10cm, papel gofrado, não perecível. no papel não poderá haver rasgos, falhas ou imperfeições, nem haver indícios de impurezas, com identificação do produto, marca do fabricante e data de fabricação. papel higiênico a unidade (rolo)	1.030	UNID	R\$ 10,96	R\$ 11.288,80
103	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO 10 CM X 30 M, FOLHA DUPLA. PICOTADO. PACOTE COM 64 ROLOS.	200	FD	R\$ 43,26	R\$ 8.652,00



Estado de Santa Catarina
Município de Nova Erechim

Fone: 49 3333 3100 - E-mail: licitacoes@novaerechim.sc.gov.br

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

104	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO DE FOLHA SIMPLES: de boa qualidade, fabricado a partir de fibras naturais virgens. deverá dissolver-se em água, ser macio, absorvente e homogêneo. não poderá esfarelar durante o uso, nem apresentar odor desagradável (não característico), corte imperfeito, enrugamento com dobras, furos ou impurezas e deverá apresentar resistência adequada à tração. embalagens primárias <u>contendo 04 rolos de 30 metros x 10cm de largura</u> , com identificação do produto, marca do fabricante e data de fabricação. o acondicionamento deverá ser em fardos com 16 pacotes, totalizando 64 rolos cada fardo , sendo que esse deverá ser uniforme e resistente, aguentando as condições de manuseio, transporte e estocagem.	150	FD	R\$ 19,35	R\$ 2.902,50
105	PAPEL TOALHA EM BOBINA: feito com fibras virgens, macio e de boa qualidade, que não esfarele ao atrito com as mãos e que tenha boa absorção. produzido com 100% de fibras celulósicas virgens, folha simples, isto é, sem fibras recicladas na composição. <u>cor: branco; medida da bobina: 20cm (largura) x 200m (comprimento); fardo de papelão contendo 06 (seis) bobinas.</u>	400	FD	R\$ 29,61	R\$ 11.844,00
106	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO: duas dobras, feito com fibras virgens, macio e de boa qualidade, que não esfarele ao atrito com as mãos e que tenha boa absorção, sendo necessário no máximo três folhas para que se obtenha o efeito desejado. <u>medidas mínimas 20,0 x 20,5cm. Pacotes em papel tipo kraft com 1000 folhas</u> , contendo informações sobre o produto, marca e fabricante, sendo que dentro do pacote deverá ter 04 sacos plásticos fechados, onde cada um deverá conter 250 folhas , evitando assim contaminação ou desperdício em caso de se abrir a embalagem de papel e não a usar totalmente.	2.550	PCT	R\$ 20,74	R\$ 52.887,00



107	PEDRA SANITÁRIA PERFUMADA com rede protetora e gancho embalagem com uma unidade cada.	300	UNID	R\$ 1,08	R\$ 324,00
108	PEGADORES CABO LONGO. Totalmente em aço inox e cabo longo. dimensões mínimas de altura 5 cm x largura 5 cm x comprimento 28 cm, certificada pelo NSF (National Sanitation Foundation) organização internacionalmente reconhecida em monitoração de segurança de alimentos e práticas de higiene em empresas de alimentos e restaurantes. deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios de inox, em vigência na data do edital.	30	UNID	R\$ 25,35	R\$ 760,50
109	PENEIRA INOX PEQUENA: peneira de cozinha, em aço inoxidável, diâmetro mínimo 12cm, com cabo com tamanho mínimo de 15 cm.	10	UNID	R\$ 7,94	R\$ 79,40
110	PINCEL DE SILICONE PARA COZINHA. Dimensões mínimas de 3,5 x 21 x 1,2 cm. composição silicone. normas técnicas de referência: o produto deve atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em silicone, em vigor na data do edital.	10	UNID	R\$ 13,74	R\$ 137,40
111	POTE REDONDO COM TAMPA 6 LITROS: redondo, com tampa, resistente, plástico não reciclado e com finalidade de armazenar alimentos. dimensões aproximadas: comprimento 300 x largura 300 x altura 140 mm. capacidade: 6 litros. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais plásticos para contato com alimentos, em vigor na data do edital.	20	UNID	R\$ 7,39	R\$ 147,80
112	POTE REDONDO COM TAMPA 9 LITROS: redondo, com tampa, resistente, plástico não reciclado e com finalidade de armazenar alimentos. dimensões aproximadas: comprimento 350 x largura 350 x altura 160 mm. capacidade: 9 litros. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de	10	UNID	R\$ 11,49	R\$ 114,90



	materiais plásticos para contato com alimentos, em vigor na data do edital.					
113	POTE RETANGULAR COM TAMPA 04 LITROS. retangular, com tampa, resistente, plástico não reciclado. capacidade de 4 litros, dimensões comprimento 330 x largura 210 x altura 90 mm. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em plástico, em vigor na data do edital.	20	UNID	R\$ 13,95	R\$ 279,00	
114	POTE RETANGULAR COM TAMPA 1,5 LITROS. retangular, com tampa, resistente, plástico não reciclado. capacidade de 1,5 litros, dimensões comprimento 240 x largura 145 x altura 60 mm. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em plástico, em vigor na data do edital.	10	UNID	R\$ 12,79	R\$ 127,90	
115	POTE RETANGULAR COM TAMPA 2,5 LITROS. retangular, com tampa, resistente, plástico não reciclado. capacidade de 2,5 litros, dimensões comprimento 280 x largura 170 x altura 75 mm. normas técnicas de referência: os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de utensílios em plástico, em vigor na data do edital.	20	UNID	R\$ 13,95	R\$ 279,00	
116	PRATO REDONDO RASO: p/ sobremesas feito em vidro transparente com diâmetro mín. 18cm e máx. de 20cm.	100	UNID	R\$ 2,88	R\$ 288,00	
117	PRENDEDOR DE ROUPA GRANDE, COM 12 UNIDADES- material plástico resistente	100	UNID	R\$ 2,64	R\$ 264,00	
118	QUEROSENE, FRASCO DE 1 LITRO- Na remoção de manchas no piso, na limpeza de fogões, auxilia na limpeza de tapetes e carpetes, na lavagem de autos e uso em geral.	60	UNID	R\$ 23,20	R\$ 1.392,00	



119	RALADOR 04 FACES. composição aço inox, 4 faces, próprio para legumes, queijos, frutas e verduras. altura 24 cm. os produtos devem atender as normas técnicas de referência relativas à fabricação de materiais em utensílios em inox, em vigor na data do edital.	5	UNID	R\$ 13,95	R\$ 69,75
120	REFIL DE ESPUMA DE PVA, COMPATÍVEL COM O RODO MÁGICO. Refil para rodo mágico 27cm	15	UNID	R\$ 18,63	R\$ 279,45
121	REFIL DUPLO DE BORRACHA PARA RODOS DE ALUMINIO DE 60CM.	30	UNID	R\$ 10,22	R\$ 306,60
122	REFIL PARA RODO DE ESPUMA 40 CM.	30	UNID	R\$ 21,00	R\$ 630,00
123	REFIL SANITÁRIO CAIXA DE 35 G - Pedra Sanitária com 99% de paradiclorobenzeno, substância sublimável e de ação desinfetante que combate odores desagradáveis no vaso sanitário deixando no ar uma sensação de frescor e limpeza enquanto o desodorizante existir.	40	UNID	R\$ 2,51	R\$ 100,40
124	RODINHO DE PIA: no mínimo 14 cm, plástico resistente para limpeza de pia	10	UNID	R\$ 27,99	R\$ 279,90
125	RODO COM 42CM, CABO E CASE EM ALUMÍNIO E LIMPADOR DUPLO. Rodo produzido em alumínio injetado de alta qualidade que confere leveza e durabilidade, possui lâmina dupla em borracha de altíssima qualidade e resistência.	40	UNID	R\$ 32,06	R\$ 1.282,40
126	RODO MÁGICO RETRÁTIL: com cabo fabricado em aço inoxidável com 100 cm de comprimento. esponja de PVA altamente absorvente com largura mínima de 27 cm e alavanca para torção. lava e seca pisos sem riscar a superfície, recolhe cabelos e pelos de animais, e espreme a esponja facilmente.	15	UNID	R\$ 48,00	R\$ 720,00
127	SABÃO EM PÓ 1KG - composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante e carga, granulado contendo 1 kg cada.	250	UNID	R\$ 7,72	R\$ 1.930,00



128	SABÃO EM PÓ 2KG - composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante e carga, contendo 2 kg cada.	310	KG	R\$ 9,68	R\$ 3.000,80
129	SABÃO GLICERINADO EM BARRAS COM 5 UNIDADES DE 200 GRAMAS CADA - TOTAL 1000 G.	50	UNID	R\$ 10,99	R\$ 549,50
130	SABONETE LÍQUIDO 5 LITROS (cremoso): para uso contínuo para higienização das mãos, perfumado, enriquecido com emolientes hidratantes, com fragrância suave, pH neutro (6,5 a 7,5), contendo lauril éter sulfato de sódio, glicerina, perolizante, anfótero de betaina, dietanolamida de ácido graxo, não causar irritabilidade dérmica (laudo em laboratório habilitado pela Anvisa), creditado pelo INMETRO.	150	UNID	R\$ 17,98	R\$ 2.697,00
131	SABONETE LÍQUIDO CREMOSO ANTI-SÉPTICO 5 LITROS: indicado para a higienização das mãos em geral, cozinhas. ação antisséptica contra staphylococcus aureus e salmonella choleraesuis. espuma suave, evita o ressecamento das mãos, pH; neutro, pronto para uso, líquido cremoso, com 5 LT.	200	UNID	R\$ 31,09	R\$ 6.218,00
132	SACO DE LIXO 100 LITROS COM 50 UNIDADES - em plástico preto de alta qualidade reforçado, forte e resistente, bem escuro, como uma tela de blackout, impossibilitando a visualização interna do lixo descartado.	810	PCT	R\$ 9,31	R\$ 7.541,10
133	SACO DE LIXO 50 LITROS COM 50 UNIDADES: cada pacote em plástico preto de alta qualidade reforçado, forte e resistente, bem escuro, como uma tela de blackout, impossibilitando a visualização interna do lixo descartado.	400	PCT	R\$ 7,89	R\$ 3.156,00
134	SACO DE LIXO DE 30 LITROS COM 50 UNIDADES em plástico preto de alta qualidade reforçado, forte e resistente, bem escuro, como uma tela de blackout, impossibilitando a visualização interna do lixo descartado.	400	PCT	R\$ 7,93	R\$ 3.172,00



135	SACO DE LIXO REFORÇADO 60 LITROS COM 50 UNIDADES em plástico preto de alta qualidade reforçado, forte e resistente, bem escuro, como uma tela de blackout, impossibilitando a visualização interna do lixo descartado.	300	UNID	R\$ 11,24	R\$ 3.372,00
136	SACO GRANDE DE PANO, ALVEJADO PARA LIMPEZA, COSTURADO - 100% ALGODÃO - TAMANHO 50x80.	80	UNID	R\$ 4,08	R\$ 326,40
137	SACOLA PLÁSTICA BIODEGRADÁVEL: de boa qualidade, nas medidas de no mínimo 38cm x 50cm pacote com 1000und.	20	PCT	R\$ 45,99	R\$ 919,80
138	SACOLA PLÁSTICA BIODEGRADÁVEL: de boa qualidade, nas medidas de no mínimo 30cm x 40cm pacote com 1000und.	25	PCT	R\$ 30,00	R\$ 750,00
139	SACOLA PLÁSTICA BIODEGRADÁVEL: de boa qualidade, nas medidas de no mínimo 25cm x 35cm pacote com 1000und.	15	PCT	R\$ 26,12	R\$ 391,80
140	SAPONÁCEO CREMOSO 300 ML. sapólio (saponáceo) líquido, cremoso. apresentar notificação na ANVISA. frasco de 300ml	400	UNID	R\$ 5,20	R\$ 2.080,00
141	SUPORTE PARA PAPEL TOALHA: em rolo, com alavanca, para fixação na parede.	15	UNID	R\$ 175,49	R\$ 2.632,35
142	TAPETE ANTIDERRAPANTE, COM AS MEDIDAS MINIMAS DE 150CMX60CM: deverá ser confeccionado e material impermeável, lavável e reutilizável, cor a ser definida na ordem de compras,	20	UNID	R\$ 115,00	R\$ 2.300,00
143	TAPETE ANTIDERRAPANTE, COM AS MEDIDAS MINIMAS DE 40CMX60CM: deverá ser confeccionado e material impermeável, lavável e reutilizável, cor a ser definida na ordem de compras.	20	UNID	R\$ 40,00	R\$ 800,00
144	TAPETE SANITIZANTE E HIGIENIZADOR DE CALÇADOS, TAMANHO APROXIMADO 60 X 40 CM.	20	UNID	R\$ 49,00	R\$ 980,00



145	TOALHA DE PAPEL MULTIUSO , para absorção de gorduras, líquidos e pequenos serviços do dia-a-dia. Folha dupla, picotada, medindo aproximadamente 19cm x 22cm. Pacote com 02 (dois) rolos de 60 folhas. A embalagem deve conter informações do produto e fabricante.	250	PCT	R\$ 4,97	R\$ 1.242,50
146	TOALHA DE ROSTO FELPUDA 40 x 70 CM BRANCA E ESCURA: conforme ordem de compra, tecido macio em algodão.	120	UNID	R\$ 16,40	R\$ 1.968,00
147	TOALHAS DE BANHOS ESCURAS E BRANCAS. Composição: mínimo de 85% em algodão, medida mínima de 70 cm x 140 cm, toalhas listradas com franjas nas pontas, cores variadas, a critério do solicitante, felpudas e macias.	300	UNID	R\$ 19,59	R\$ 5.877,00
148	TOUCAS HIGIÊNICAS DESCARTÁVEIS: pacotes c/c 100 unid. cada. com elástico branca, pacote com 100 unidades, não estéril, atóxica 100% polipropileno, não inflamável.	150	PCT	R\$ 6,47	R\$ 970,50
149	TRAVESSA MARINEX DE VIDRO OVAL SEM TAMPA CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 3,2 LITROS. Marinex de vidro, material resistente	15	UNID	R\$ 45,85	R\$ 687,75
150	TRAVESSEIROS PEQUENOS: tamanho de 40 cm X 30 cm, toque aveludado, preenchimento de fibra.	50	UNID	R\$ 15,85	R\$ 792,50
151	VASSOURA DE PALHA COM CABO DE NO MÍNIMO 120CM - normal - três costuras - palha com fibras longas e resistentes, com largura mínima de 40 cm de palha.	330	UNID	R\$ 28,36	R\$ 9.358,80
152	VASSOURA DE PALHA COM CABO MÍNIMO 2,0 METROS: palha fibras longas e resistentes, com largura mínima de 40 cm de palha e três costuras	32	UNID	R\$ 18,39	R\$ 588,48
153	VASSOURA EM NYLON: com cabo de metal ou alumínio de no mínimo 120cm, nas dimensões aproximadas de: 30 x 16,5 x 4,5 cm, vassouras multiuso para pisos internos e externos, cerdas plumadas, cerdas com aparelhação curva.	200	UNID	R\$ 6,33	R\$ 1.266,00



154	XÍCARA DE VIDRO TRANSPARENTE, CAPACIDADE MINIMA 300ML.	COM PARA	150	UNID	R\$ 8,12	R\$ 1.218,00
TOTAL						R\$ 305.206,68

10.2 Devido a extensão dos dados os valores unitários de cada item e suas respectivas atas encontram—se na memória de cálculo anexa ao processo.

11. **Adequação orçamentária:**

11.1 Está será feito nas dotações:

Local	Dotação	Ação	Elemento
Administração	15	2004	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Conselho Tutelar	8	2011	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Gabinete	3	2002	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Secretaria de Educação	53	2010	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Escola	40	2006	3.33.90.30.16
	42		3.33.90.30.20



		2006	3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Creche	62 64	2009 2009	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Esporte	77	2020	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Cultura	72	2018	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Obras	100 101	2028 2028	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Agricultura	116	2037	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Secretaria de Assistência	127 121 137 136	2041 2040 2043 2043	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99



	142	2046	3.33.90.30.21
	148	2048	
Fundo dos Idosos	150	2045	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Bombeiros	83	2029	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Polícia Militar	80	2029	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Polícia Civil	81	2029	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Saúde	174	2021	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21

Dotação referência	Órgão	Und	Funcional	Ação	Elemento	Vínculo	Elemento - Descrição
209	01	001	0001.0031.000 1	2001	33390.39.78	15007	Limpeza e conservação



12.	<p>Indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso:</p> <p>12.1 Os pedidos do Município: O prazo de entrega é de no máximo 10 (dez) dias úteis, após a emissão da Ordem de Compra, expedida pelo setor de compras. Os pedidos devem ser entregues na Prefeitura Municipal de Nova Erechim -SC, Av. Francisco Ferdinando Losina, nº. 139 – Centro de Nova Erechim/SC. O pedido será realizado de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante.</p> <p>12.2 Os pedidos da Câmara Municipal de Vereadores: Os produtos/serviços deverão ser entregues de forma integral, de acordo com a autorização de compra expedido pelo setor competente, em dias úteis, no horário das 08:00h as 11:30h e das 13:30h as 17:00h horas de segunda a sexta feira, no seguinte endereço: Câmara Municipal de Vereadores de Nova Erechim-SC, inscrita no CNPJ 01.802.947/0001-89 com sede na Rua São Pedro, 19 - CEP: 89865-000, Centro, Nova Erechim/SC.</p> <p>12.2 Os itens serão recebidos provisoriamente no ato de entrega, pelo responsável de recebimento ou pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.</p> <p>12.2.1 Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.</p> <p>12.2.2 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.</p> <p>12.2.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.</p> <p>12.3 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no mesmo prazo estipulado na primeira entrega, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.</p>
13.	<p>Especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso:</p> <p>13.1 Não se enquadra no item.</p>
14.	<p>NOME DO SERVIDOR: Karen Kunze Pezzini</p> <p>DATA: 18/05/2026</p>



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a Administração Pública no caso de incorrer:

- a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação (art. 14, IV);

- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações](#), concorrendo entre si (art. 14, V);

- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

- h) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro



internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

- i)** É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);
- j)** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);
- k)** Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/202x
(minuta)

O **MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.840/0001-68, com sede na Av. Francisco Ferdinando Losina, nº 139, Centro, Nova Erechim/SC, CEP 89.865-00, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **XXX**, e a empresa **XXX**, inscrita no CNPJ nº **000**, estabelecida em **XXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Gerente **XXX**, resolvem registrar os seguintes preços, em decorrência do Processo Licitatório nº XXX/2024, Pregão Eletrônico nº XX/2024, homologado em **00/00/202x**:

1. As partes resolvem registrar preços dos seguintes itens abaixo especificados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.						
2.						

2. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas quando da emissão da nota de empenho/pedido de entrega.

3. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos ou insatisfação em relação aos serviços executados em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades.

4. A proponente vencedora deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento e providenciar a imediata correção das eficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

5. Executar o objeto de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Instrumento de Contratação Direta (Termo de Referência) e na Ata de Registro de Preço.

6. Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Instrumento de Contratação.

7. Prestar esclarecimento à contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, quando solicitado.

8. Arcar com eventuais prejuízos causados ao(à) CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual, inclusive, respondendo pecuniariamente.

9. Comunicar à FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE ou ao servidor designado, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Havendo a prorrogação do prazo de vigência, renovar-se-á os quantitativos estabelecidos para o primeiro ano.



10. Este instrumento tem prazo de vigência de 1 (um) ano, contados da data da última assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
11. Esta ata é vinculada ao edital do Processo Licitatório nº **0XX/202x**, Pregão Eletrônico nº **0XX/202x**, homologado em **00/00/202X**, e à proposta do licitante vencedor **XXX**.
12. Esta ata rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021.
13. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.
14. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato serão divulgados:
- I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. Da Lei nº 14.133/2021);
 - II - Página do Município de Nova Erechim/SC
<https://novaerechim.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>
 - III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);

15. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 15.1 Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 1440/2024 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 15.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

16. REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, IV)

- 16.1 Executar o objeto de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Instrumento de Contratação Direta (Termo de Referência) e na Ata de Registro de Preço.
- 16.2 Os itens serão solicitados de acordo com a necessidade das secretarias.
- 16.3 A empresa tem o prazo de 10 (dez) dias úteis, contando da data de recebimento da ordem de compra para realizar a entrega dos itens solicitados.

17. O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)

O valor estimado para aquisição dos bens é de até **R\$ xxxxxxx**

- 17.1 Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta bancária ou boleto bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente, no prazo de 30 dias.
- 17.2 Nas notas fiscais deverão constar o número do Pregão e do Contrato firmado ou empenho, e ainda, atestada pelo responsável pelo recebimento, o valor total e quantidade, além das demais exigências legais.
- 17.3 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 17.4 Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 17.5 Será efetuado recolhimento de todos os tributos devidos quando da realização dos pagamentos.



17.5.1 No pagamento serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas fixados em Lei.

17.5.2 Na hipótese da licitante ser optante do SIMPLES, a empresa deverá informar através de declaração ou na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN, INSS e o valor a ser recolhido.

17.5.3 Pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias DEVERÁ apresentar a declaração constante do inciso XI do ART. 4º da IN RFB nº 1234/2012 (ANEXO IV DA IN) para que não sejam retidos os valores correspondentes ao IR e às contribuições de que trata esta Instrução Normativa.

17.5.4 Demais empresas imunes ou isentas deverão informar na Nota Fiscal a Lei o artigo e o inciso para não seja realizado a retenção.

17.6 A nota deverá ser emitida da seguinte forma:

17.6.1 Secretarias: A nota deverá ser emitida em nome do Município de Nova Erechim CNPJ 83.021.184/0001-63, Av. Francisco Ferdinando Losina, 139, centro, Nova Erechim -SC, CEP 89.865-000. A mesma deverá ser encaminhada para o e-mail: notafiscal@novaerechim.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF, sob pena de retenção de pagamentos.

17.6.2 Fundo Municipal de Saúde: a nota fiscal eletrônica deverá ser emitida em nome do Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim CNPJ 11.299.994/0001-05, Rua São Cristóvão, centro, Nova Erechim - SC, CEP 89.865-000. A nota deverá ser encaminhada para o e-mail: notafiscal@novaerechim.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF, sob pena de retenção de pagamentos.

17.7 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

18. CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO:

18.1 Durante o prazo inicial de 12 (doze) meses de execução do contrato, os preços não sofrerão qualquer reajuste contratual. Em caso de prorrogação do contrato os preços serão reajustados anualmente (decorridos os doze meses), já no início da prorrogação e assim sucessivamente (de doze em doze meses), de acordo com o índice acumulado (últimos doze meses proporcional) do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou índice legal oficial que venha a substituí-lo.

18.2 DATA-BASE: Será considerado a data da Ata de Registro de Preços.

19. PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

19.1 Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta bancária ou diretamente ao credor, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente. De forma mensal em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal pelo detentor, devidamente conferida e atestada pela secretaria requisitante.

20. OS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO (art. 92, VII) (se for o caso)

20.1 O fornecimento dos itens serão a partir das necessidades de consumo, sendo feito o consumo de forma parcelada.

20.2 O recebimento dos produtos será feito por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, sendo o recebimento:



a) provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais

21. O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, VIII)

Local	Dotação	Ação	Elemento
Administração	15	2004	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Conselho Tutelar	8	2011	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Gabinete	3	2002	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Secretaria de Educação	53	2010	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Escola	40	2006	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
	42	2006	3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99



			3.33.90.30.21
Creche	62	2009	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
	64	2009	3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Esporte	77	2020	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Cultura	72	2018	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Obras	100	2028	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
	101	2028	3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Agricultura	116	2037	3.33.90.30.16
			3.33.90.30.20
			3.33.90.30.22
			3.33.90.30.99
			3.33.90.30.21
Secretaria de Assistência	127	2041	3.33.90.30.16
	121	2040	3.33.90.30.20
	137	2043	3.33.90.30.22
	136	2043	3.33.90.30.99
	142	2046	3.33.90.30.21
	148	2048	



Fundo dos Idosos	150	2045	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Bombeiros	83	2029	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Polícia Militar	80	2029	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Polícia Civil	81	2029	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21
Saúde	174	2021	3.33.90.30.16 3.33.90.30.20 3.33.90.30.22 3.33.90.30.99 3.33.90.30.21

Dotação referênci	Órgão	Und	Funcional	Ação	Elemento	Vínculo	Elemento - Descrição
209	01	001	0001.0031.000	2001	33390.39.78	15007	Limpeza e conservação
		1					

22. O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REACTUAÇÃO DE PREÇOS, OU PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, X)

22.1 PEDIDO DE REACTUAÇÃO:



22.1.1 Caso ocorra a solicitação de repactuação a Contratante responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

22.1.2 Dentro do prazo previsto no item 15.1.1 o Contratante poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a Contratada ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

22.2 O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (art. 92, XI)

22.2.1 O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d" da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição.

22.2.2 Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens já empenhados pelo valor da licitação.

23. OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (art. 92, XIV)

23.1 OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

23.1.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a. Fornecer os materiais de consumo de forma parcelada, conforme a necessidade do Município de Nova Erechim/SC e da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Erechim/SC, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, Ordem de Compra ou instrumento equivalente.
- b. Entregar os produtos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- c. Entregar os produtos em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, em perfeitas condições de uso, acondicionamento e conservação.
- d. Garantir que os produtos possuam qualidade adequada e atendam às normas técnicas e sanitárias aplicáveis, expedidas pelos órgãos competentes.
- e. Observar os prazos de validade dos produtos, entregando-os com validade compatível com sua utilização pela Administração, vedado o fornecimento de produtos vencidos ou impróprios para consumo e uso.
- f. Transportar os produtos em condições adequadas, garantindo sua integridade até o local de entrega indicado na Autorização de Fornecimento.
- g. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
- h. Substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, os produtos que apresentarem defeitos, avarias, vícios, irregularidades, prazo de validade inadequado ou que estejam em desacordo com as especificações exigidas.
- i. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990.
- j. Comunicar formalmente ao órgão contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que impossibilite o cumprimento dos prazos de entrega, apresentando as respectivas justificativas.
- k. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- l. Indicar representante ou preposto para manter contato com a Administração durante a execução da Ata de Registro de Preços.
- m. Cumprir integralmente as condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.



- n. Aceitar a rejeição dos produtos que não atenderem às especificações exigidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- o. Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, incluindo frete, transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outros custos necessários à perfeita execução do objeto, sem ônus adicional para o Município de Nova Erechim/SC ou para a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Erechim/SC.

23.1.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a. Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas na Lei 14.133/2021;
- b. Fiscalizar a execução do objeto, bem como requisitar, quando necessário, a promoção de medidas para a regularidade na execução;
- c. Rejeitar, no todo ou em parte a execução do objeto caso esta não apresente resultados satisfatórios ou conforme as obrigações assumidas pela Contratada;
- d. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- e. A Administração se reserva o direito de suspender a execução do objeto em desacordo com o pactuado entre as partes.

24. PENALIDADES CABÍVEIS:

a) O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

I - Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços:

II - Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços; IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

24.1 Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:



I -	Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
II -	Multa de 10%	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
III -	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Erechim, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II III IV V VI VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º)
IV	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º)	VIII IX X XI XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

24.2 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II- As peculiaridades do caso concreto;
- III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV- Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.3 Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

I - Inciso II do item 16.5: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

II - Incisos III e IV do item 11.1:

- a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- b) O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da datada intimação;
- d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e) A sanção prevista no inciso IV do item 23.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);
- f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
 - i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
 - ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
 - iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

24.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor,



a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

24.5 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

24.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

24.7 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

24.8 A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

24.9 A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto no Decreto Municipal nº 1453/2024 (art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

24.10 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 16.5 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

24.10.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

24.11 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Nova Erechim, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021).

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

24.12 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato) e XII (Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013) do caput do item 16.4 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

25. OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO (art. 92, XVI)

25.1 O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitada previdência



social e para aprendiz.

26. OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)

26.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021):

- a. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;
- e. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

26.1.1 As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- a. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b. Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

26.2 O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a



licenciamento ambiental.

26.3 A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

- a. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

26.3.1 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

26.3.2 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

26.4 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

26.4.1 A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta

26.4.2 Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

26.5 Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

27. DA PROTEÇÃO DE DADOS

27.1 Serão aplicáveis a este instrumento, as “Leis Aplicáveis à Proteção de Dados” que significa todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, especialmente a Lei nº 13.709/2018 – LGPD, além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados.

27.2 A Parte Receptora declara-se ciente e concorda que poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pela Parte Reveladora e seus clientes (“dados protegidos”), exclusivamente para a prestação dos serviços.

27.3 As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei nº 13.709/2018 – LGPD e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os dados protegidos



na extensão autorizada na referida LGPD.

27.4 A Parte Receptora somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da Parte Reveladora, a fim de cumprir suas obrigações para a prestação dos serviços, jamais para qualquer outro propósito.

27.5 A Parte Receptora tratará os dados pessoais em nome da Parte Reveladora e de acordo com as instruções escritas fornecidas pela Parte Reveladora. Caso a Parte Receptora considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados pessoais de acordo com este instrumento ou que uma instrução infrinja as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados, a Parte Receptora prontamente notificará a Parte Reveladora e aguardará novas instruções.

27.6 Se aplicável, a Parte Receptora se certificará que qualquer terceiro sob sua responsabilidade agirá de acordo com este instrumento, as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados e as instruções transmitidas pela Parte Reveladora. A Parte Receptora se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

27.7 Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações diretamente da Parte Receptora relativas ao tratamento de dados pessoais, a Parte Receptora submeterá esse pedido à apreciação da Parte Reveladora. A Parte Receptora não poderá, sem instruções prévias da Parte Reveladora, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 Este instrumento poderá ser alterado somente mediante a celebração de Termo Aditivo.

28.2 A nulidade ou anulação de qualquer cláusula deste instrumento não implicará na nulidade ou anulação das demais cláusulas, que permanecerão em vigor, a menos que expressamente anuladas por decisão judicial.

28.3 O não exercício pelas partes de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstos neste instrumento ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações ora estabelecidas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independentemente de comunicação prévia à parte.

28.4 O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título e tempo.

28.5 A Parte Receptora declara que os serviços serão prestados de acordo com todas as legislações, princípios e normas aplicáveis, inclusive a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

28.6 As partes declaram e reconhecem que são entidades totalmente independentes entre si, de forma que nenhuma disposição deste instrumento poderá ser interpretada no sentido de criar qualquer vínculo empregatício entre as partes, bem como entre os empregados de uma parte e a outra parte.

28.7 Através deste instrumento, a Parte Receptora cede à Parte Reveladora todos os direitos patrimoniais de autor a ela pertencente, decorrentes dos serviços prestados.

28.8 A inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a Parte Receptora ao pagamento ou ressarcimento, de todas as perdas e danos, materiais e morais, lucros cessantes, nos termos das legislações vigentes.

29. DO FORO

29.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, como único competente para dirimir as controvérsias resultantes deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam esta Ata de Registro de Preços, em 02 (duas)



vias de igual teor e forma.

Município de Nova Erechim – SC, xx de xxxxx de xxxx

IARA CRISTINA PERIN
PREFEITA MUNICIPAL
CONTRATANTE

REPRESENTANTE LEGAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CONTRATADA



ANEXO V

APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o licitante no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II), sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ANEXO VI

PROPOSTA

Nome da Licitante:

CNPJ:

Endereço: nº

Bairro:

Cidade:

UF:

CEP:

Telefone:

E-mail:

Prezados Senhores,

a) Pela presente submetemos à apreciação de V. S.^a a nossa proposta:

Nos propomos a executar pelo VALOR GLOBAL de R\$ _____
(_____) , conforme
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA abaixo:

ITEM	DEFINIÇÃO/DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01		UND	XX	XXX	XXX

DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do [art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021](#), que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

a) Manteremos nossa **proposta válida por 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de abertura da licitação.

b) **Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Senhor (a) _____, (função/cargo) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG Nº _____, expedida pelo _____ de _____, e inscrito no CPF sob o Nº _____, representante legal desta empresa.**

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ANEXO VII

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, DECLARA:

a) ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO: DECLARA, nos termos do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021 que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR: DECLARA para os devidos fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega, nem empregará, durante a vigência do contrato, menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

c) DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS: DECLARA que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

d) PLENO CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DAS REGRAS E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento.

e) O INTERESSADO declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018(LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

f) Declara sob as penas da lei que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital do referido processo licitatório do Município de Nova Erechim.

g) DECLARA, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA). _____

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

ANEXO VIII

DADOS DA EMPRESA E REPRESENTANTE LEGAL

Ao município de Nova Erechim/SC – Setor de licitações

1. Dados da Empresa:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço Rua/nº:

Município:

UF:

CEP:

Telefone:

E-mail:

2. Identificação do Representante Legal para assinatura do contrato/ata registro de preços:

Nome Completo:

CPF:

RG:

Função:

Telefone:

Email:

3. Dados Bancários:

Banco:

Agência:

Conta:

Nome:

Declaro que os dados informados acima são verídicos e estão atualizados.

(Local e data)

Representante Legal